

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	50

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.090.916
Preferenciais	164.014
Total	68.254.930
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	10.997.561	9.997.536
1.01	Ativo Circulante	3.820.756	3.414.417
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.333.566	466.065
1.01.01.01	Depósitos bancários à vista	21.923	28.815
1.01.01.02	Investimentos e fundos de investimentos	1.311.643	437.250
1.01.02	Aplicações Financeiras	123.468	890.697
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	123.468	890.697
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	123.468	890.697
1.01.03	Contas a Receber	1.916.803	1.700.439
1.01.03.01	Clientes	1.157.611	1.163.475
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.157.611	1.163.475
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	759.192	536.964
1.01.03.02.01	Outros créditos a receber	211.849	204.488
1.01.03.02.02	Serviços pedidos	98.802	154.067
1.01.03.02.03	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	436.413	171.104
1.01.03.02.04	Instrumentos financeiro derivativos	12.128	7.305
1.01.04	Estoques	28.448	36.416
1.01.04.01	Almoxarifado	28.448	36.416
1.01.06	Tributos a Recuperar	416.102	315.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	416.102	315.913
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	336.453	256.187
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	79.649	59.726
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.369	4.887
1.01.08.03	Outros	2.369	4.887
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	2.369	4.887
1.02	Ativo Não Circulante	7.176.805	6.583.119
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.901.877	3.243.216
1.02.01.04	Contas a Receber	186.611	186.610
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes	135.859	135.858
1.02.01.04.03	Serviços pedidos	50.752	50.752
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.715.266	3.056.606
1.02.01.10.03	Benefício pós-emprego	14	12
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	220.785	210.392
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro da Concessão	1.443.538	1.116.348
1.02.01.10.06	Ativos de contrato	339.140	1.215.790
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	490.377	184.256
1.02.01.10.09	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	220.047	324.444
1.02.01.10.10	Instrumentos financeiro derivativos	0	4.208
1.02.01.10.11	Outros Créditos a Receber	1.365	1.156
1.02.03	Imobilizado	4.408	5.173
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.408	5.173
1.02.04	Intangível	4.270.520	3.334.730
1.02.04.01	Intangíveis	4.270.520	3.334.730
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.270.520	3.334.730

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	10.997.561	9.997.536
2.01	Passivo Circulante	3.127.914	2.229.804
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.311	16.909
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.311	16.909
2.01.02	Fornecedores	636.885	792.130
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	636.885	792.130
2.01.02.01.01	Fornecedor Risco Sacado	60.934	60.757
2.01.02.01.02	Fornecedor	575.951	731.373
2.01.03	Obrigações Fiscais	580.894	249.595
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.772	54.315
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3	16
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	50.769	54.299
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	521.351	190.590
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.771	4.690
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.090.606	277.455
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	917.849	128.860
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.199	53.801
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	827.650	75.059
2.01.04.02	Debêntures	171.215	147.139
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.542	1.456
2.01.05	Outras Obrigações	376.891	483.774
2.01.05.02	Outros	376.891	483.774
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	73.654	73.635
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	133.029	192.591
2.01.05.02.07	Benefício pós-emprego	112.887	105.454
2.01.05.02.08	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	36.993	86.609
2.01.05.02.09	Contribuição de iluminação pública	19.524	20.401
2.01.05.02.11	Participação nos lucros	804	5.084
2.01.06	Provisões	423.327	409.941
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	423.327	409.941
2.01.06.01.05	Provisão para riscos judiciais	423.327	409.941
2.02	Passivo Não Circulante	12.120.997	12.036.276
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.156.665	7.780.693
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.728.625	2.121.823
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.211.455	1.260.017
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	517.170	861.806
2.02.01.02	Debêntures	6.424.669	5.654.721
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.371	4.149
2.02.02	Outras Obrigações	3.342.616	3.658.583
2.02.02.02	Outros	3.342.616	3.658.583
2.02.02.02.04	Obrigações com a Concessão	75.022	57.667
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	1.805.907	2.630.360
2.02.02.02.07	Outros Passivos	96.037	92.620
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiro derivativos	134.300	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	527.277	154.801

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.10	Benefício pós-emprego	704.073	723.135
2.02.04	Provisões	621.716	597.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	621.716	597.000
2.02.04.01.05	Provisões para processos judiciais	621.716	597.000
2.03	Patrimônio Líquido	-4.251.350	-4.268.544
2.03.01	Capital Social Realizado	3.385.861	3.385.861
2.03.02	Reservas de Capital	2.064	1.865
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.602.972	-6.635.553
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.036.303	-1.020.717

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.860.383	3.619.206	1.406.243	2.968.569
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.282.388	-2.625.149	-1.240.962	-2.442.269
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-842.094	-1.734.886	-796.685	-1.565.776
3.02.02	Custo da Operação	-158.544	-300.489	-141.969	-265.991
3.02.03	Custo de Construção	-281.750	-589.774	-302.308	-610.502
3.03	Resultado Bruto	577.995	994.057	165.281	526.300
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-245.822	-396.532	-115.490	-225.084
3.04.01	Despesas com Vendas	-46.390	-119.325	-56.345	-124.652
3.04.01.01	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.223	-24.898	-6.794	-36.524
3.04.01.02	Despesas com vendas	-48.613	-94.427	-49.551	-88.128
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.395	-151.617	-54.693	-100.403
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-123.037	-125.590	-4.452	-29
3.04.05.01	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-123.037	-125.590	-4.452	-29
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	332.173	597.525	49.791	301.216
3.06	Resultado Financeiro	-258.785	-564.944	-285.119	-539.926
3.06.01	Receitas Financeiras	422.494	890.602	202.608	523.467
3.06.02	Despesas Financeiras	-681.279	-1.455.546	-487.727	-1.063.393
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.388	32.581	-235.328	-238.710
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.388	32.581	-235.328	-238.710
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	73.388	32.581	-235.328	-238.710
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,0752	0,47734	-3,44778	-3,49733
3.99.01.02	PN	1,0752	0,47734	-3,44778	-3,49733
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,0752	0,47734	-3,44778	-3,49733
3.99.02.02	PN	1,0752	0,47734	-3,44778	-3,49733

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	73.388	32.581	-235.328	-238.710
4.02	Outros Resultados Abrangentes	81.920	79.461	75.629	79.461
4.02.03	Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	81.920	79.461	75.629	79.461
4.03	Resultado Abrangente do Período	155.308	112.042	-159.699	-159.249

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-583.779	-100.856
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	574.316	153.711
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	32.581	-238.710
6.01.01.02	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo, líquidas	424.323	185.816
6.01.01.03	Amortização	199.150	112.440
6.01.01.04	Baixa de intangível, ativo financeiro da concessão e ativo de contrato	28.895	8.364
6.01.01.05	Provisão e atualização de riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	102.599	98.926
6.01.01.06	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-215.062	-148.103
6.01.01.07	Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	24.898	36.524
6.01.01.08	Baixa e recebíveis incobráveis	1.332	1.337
6.01.01.09	Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	153.061	208.350
6.01.01.10	Rendimentos de aplicações financeiras	-25.224	-60.247
6.01.01.11	Atualização do ativo financeiro	-39.283	-46.863
6.01.01.12	Ajuste a valor presente	-1.383	11.367
6.01.01.13	Participação nos lucros	9.310	3.246
6.01.01.14	Provisão para perdas em estoque	-58.807	-41.165
6.01.01.15	Provisão e atualização de encargos setoriais	28.323	24.229
6.01.01.16	Plano de aposentadoria e pensão	-11.631	0
6.01.01.17	Atualização (reversão) encargos geração distribuída	0	-220
6.01.01.19	Atualização do PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	-79.860	-3.419
6.01.01.20	Valor justo das opções de compra	1.094	1.839
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-757.759	36.547
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-11.940	-44.754
6.01.02.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-19.923	2.213
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	-20.723	-11.362
6.01.02.04	Contribuição iluminação pública	-877	-633
6.01.02.05	Almoxarifado	7.968	-11.472
6.01.02.06	Outros Créditos a Receber	-14.614	56.600
6.01.02.07	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	4.534	5.129
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-7.875	-3.561
6.01.02.09	Participação nos lucros	-13.590	-7.869
6.01.02.10	Fornecedores	-164.244	32.887
6.01.02.11	Fornecedores - risco sacado	177	11.347
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher	-406.469	153.070
6.01.02.13	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-33.822	-26.948
6.01.02.14	Encargos setoriais	-11.593	-18.291
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-57.040	-4.132
6.01.02.16	Serviços pedidos	55.909	-45.891
6.01.02.18	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	860	-730
6.01.02.19	Benefício pós-emprego	0	-815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01.02.20	Provisão e atualização de riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	-64.497	-48.241
6.01.03	Outros	-400.336	-291.114
6.01.03.01	Juros recebidos de aplicações financeiras	38.927	6.221
6.01.03.02	Juros pagos	-438.390	-297.335
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-873	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	289.338	-454.874
6.02.03	Aquisição de Ativo Contratual	-464.188	-518.336
6.02.05	Resgates (Aplicações) de aplicações financeiras	753.526	63.462
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.161.942	691.141
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	495.500	0
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-82.842	-8.261
6.03.03	Captação de debêntures	750.000	700.000
6.03.04	Amortização de Passivo de arrendamento	-716	-598
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	867.501	135.411
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	466.065	83.929
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.333.566	219.340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.385.861	1.865	0	-6.635.553	-1.020.717	-4.268.544
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.385.861	1.865	0	-6.635.553	-1.020.717	-4.268.544
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	199	0	0	0	199
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	199	0	0	0	199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.581	-15.586	16.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.581	0	32.581
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-15.586	-15.586
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-15.586	-15.586
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.385.861	2.064	0	-6.602.972	-1.036.303	-4.251.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.385.861	1.570	0	-5.930.969	-1.074.793	-3.618.331
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.385.861	1.570	0	-5.930.969	-1.074.793	-3.618.331
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	203	0	0	0	203
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	203	0	0	0	203
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-238.710	79.461	-159.249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-238.710	0	-238.710
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	79.461	79.461
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	79.461	79.461
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.385.861	1.773	0	-6.169.679	-995.332	-3.777.377

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	5.202.514	4.176.170
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.637.639	3.602.192
7.01.02	Outras Receitas	-1	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	589.774	610.502
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-24.898	-36.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.755.438	-2.486.812
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.324.660	-2.176.278
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-265.553	-272.810
7.02.04	Outros	-165.225	-37.724
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.447.076	1.689.358
7.04	Retenções	-199.150	-112.440
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-199.150	-112.440
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.247.926	1.576.918
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	910.564	532.542
7.06.02	Receitas Financeiras	910.564	532.542
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.158.490	2.109.460
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.158.490	2.109.460
7.08.01	Pessoal	58.523	53.321
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.862	37.164
7.08.01.02	Benefícios	11.632	10.999
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.029	5.158
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.610.286	1.228.683
7.08.02.01	Federais	993.295	710.063
7.08.02.02	Estaduais	616.982	518.552
7.08.02.03	Municipais	9	68
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.457.100	1.066.166
7.08.03.01	Juros	667.550	697.423
7.08.03.02	Aluguéis	370.452	2.773
7.08.03.03	Outras	419.098	365.970
7.08.03.03.02	Outras	419.098	365.970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.581	-238.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.581	-238.710

Comentário do Desempenho

2T26

RELEASE DE RESULTADOS

GRUPO
equatorial



EQTL B3

LISTED NM

[B]³

BRASIL
BOLSA
BALCÃO

Comentário do Desempenho

Brasília, 12 de agosto de 2026 – A Equatorial S.A., *holding multi-utilities*, com atuação nos segmentos de Distribuição, Geração, Comercialização, Serviços, Saneamento e Telecom (B3: EQTL3; USOTC: EQUEY), anuncia os resultados do segundo trimestre de 2026 (2T26).

EBITDA Consolidado Ajustado cresce 0,8%, R\$ 2,9 bilhões no período (vs. 2T25)¹

Robusto crescimento de mercado, Margem Bruta e avanço nos indicadores de perdas

- **Aumento** consolidado do Mercado Fio-B de **4,2%**.
- **Perdas totais consolidadas** abaixo do nível regulatório (17,9%, 1.0 p.p. abaixo do regulatório), com destaque para o enquadramento do Maranhão abaixo do nível regulatório.
- **Equivalência Patrimonial** da **SABESP** atingiu **R\$ 230 milhões** no trimestre.
- **Investimentos consolidados** totalizaram cerca de **R\$ 2,6 bilhões** no 2T26.
- Relação **Dívida Líquida / EBITDA consolidado** na visão *covenant*, encerrou o trimestre em **3,1x** (Ex-ganho de capital da venda da Transmissão a relação Dívida Líquida/EBITDA é de 3,6x).
- **Disponibilidade e Aplicações** do período atingiram **R\$ 10 bilhões, 2,5x** da dívida de **curto prazo**.
- O PMSO Ajustado por Consumidor (12 meses) cresceu **4,0%**, enquanto em uma visão PMSO Ajustado por Consumidor mais Compensações a variação foi de **1,2%**.
- **Ganho de R\$ 355 milhões** após adesão ao **Acordo Gaúcho**, que garantiu desconto de 75% de juros e multas no passivo de ICMS, mapeado como não recorrente.
- Aquisição de **30%** do **capital da Copasa**.
- **R\$ 7,6 bilhões captados** no 2T26, dos quais R\$ 5,1 bilhões foram destinados para aquisição da Copasa e R\$ 2,5 bilhões para as distribuidoras Equatorial GO, CEA e CEEE-D, cujo custo médio ponderado ficou CDI+0,80% a.a. Desconsiderando o segmento de Transmissão no 2T25, o prazo médio em comparação ao 2T25 subiu de 5,3 anos para 5,6 anos.
- Conquista do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o mais alto nível de reconhecimento concedido aos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa e primeiro lugar no prêmio de Melhores ESG da revista Exame.

¹ EBITDA Ajustado líquido de efeitos não-recorrentes e efeito não caixa de VNR e MtM e comparação com visão proforma 2T25 sem o ajuste de custo de remoção no EBITDA.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS MACROINDICADORES

Destaques Financeiros	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional líquida (ROL)	12.466	13.739	10,2%	1.273
EBITDA Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24
Margem EBITDA (%ROL)	23,3%	21,3%	-2,0 p.p.	
Lucro líquido ajustado	668	110	-83,5%	(558)
Margem líquida (%ROL)	5,4%	0,8%	-4,6 p.p.	
Lucro líquido - Mesmos ativos²	553	110	-80,1%	(443)
Investimentos	2.704	2.600	-3,8%	(104)
Dívida líquida	45.000	51.831	15,2%	6.831
Dívida líquida/EBITDA (12m - Covenants)	3,1x	3,1x	0x	
Disponibilidade / Dívida de curto prazo	1,3x	2,5x	1,2x	

² O Lucro Líquido Ajustado – Mesmos ativos desconsidera o resultado de Transmissão no 2T25.

As informações financeiras apresentadas neste documento podem ser consultadas em formato de planilha através deste [link de acesso](#).

Comentário do Desempenho

Sumário

Sumário	3
1. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO	6
1.1 MARGEM BRUTA AJUSTADA	7
1.2 CUSTOS E DESPESAS	8
1.3 EBITDA	11
1.4 RESULTADO FINANCEIRO	12
1.5 LUCRO LÍQUIDO	13
1.6 ENDIVIDAMENTO	14
1.7 INVESTIMENTOS	15
1.8 ESG (<i>Environmental, Social and Governance</i>)	16
2. DISTRIBUIÇÃO	17
2.1 DESEMPENHO COMERCIAL	17
2.2 DESEMPENHO OPERACIONAL	19
2.3 DESEMPENHO FINANCEIRO	20
2.4 MARGEM BRUTA	20
2.5 DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR	21
2.6 EBITDA	24
2.7 EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA	26
2.8 RESULTADO FINANCEIRO	26
2.9 LUCRO LÍQUIDO	26
2.10 INVESTIMENTOS	26
2.11 IMPOSTOS	27
3. RENOVÁVEIS	28
3.1 DESEMPENHO OPERACIONAL	28
3.2 DESEMPENHO FINANCEIRO	31
4. SANEAMENTO	35
4.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	35
5. EQUATORIAL SERVIÇOS	37
6. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	38

Comentário do Desempenho

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado de suas controladas diretas e indiretas e consideram o resultado dos ativos a partir de sua aquisição, exceto quando indicado o contrário para fins de comparabilidade.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados de controladas diretas e indiretas.

Comentário do Desempenho

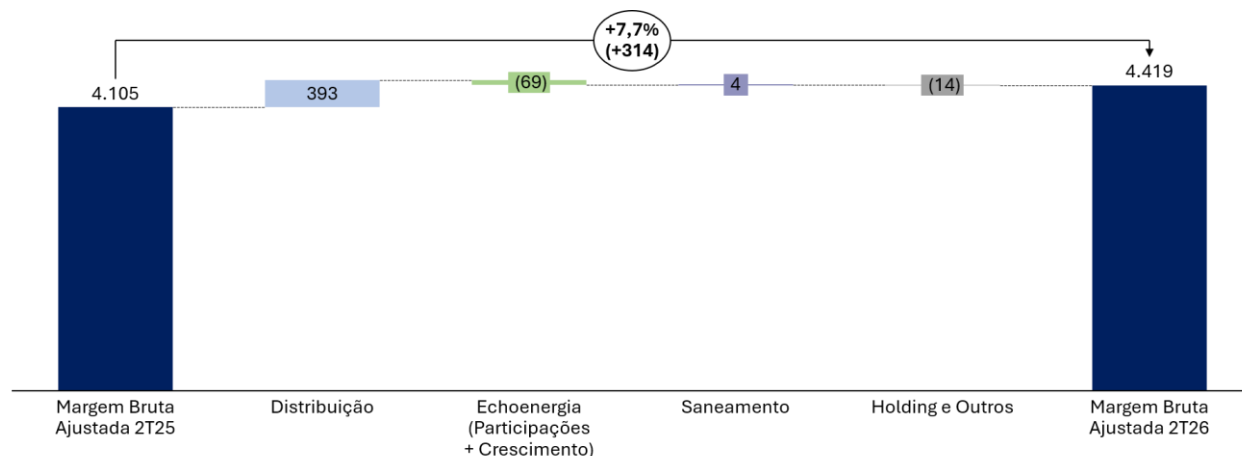
1. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Demonstração de Resultado	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional bruta (ROB)	16.696	18.812	12,7%	2.116
Receita operacional líquida (ROL)	12.466	13.739	10,2%	1.273
Custos	(8.161)	(8.724)	6,9%	(563)
Margem Bruta	4.305	5.015	16,5%	710
Margem Bruta Ajustada	4.105	4.419	7,7%	314
Custo e despesas operacionais	(776)	(1.359)	75,2%	(583)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(196)	-914,4%	(221)
Equivalência patrimonial	311	230	-26,2%	(82)
<i>Sabesp</i>	312	230	-26,2%	(82)
EBITDA	3.553	3.459	-2,6%	(94)
EBITDA Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24
Depreciação	(746)	(831)	11,4%	(85)
Amortização de ágio	(81)	(113)	39,5%	(32)
Resultado do serviço (EBIT)	2.725	2.514	-7,7%	(211)
Resultado financeiro	(1.350)	(1.670)	23,7%	(320)
Resultado financeiro ajustado	(1.331)	(1.749)	31,4%	(418)
Lucro antes da tributação (EBT)	1.375	845	-38,6%	(531)
IR/CSLL	(200)	(192)	-4,3%	9
Participações minoritárias	(216)	(168)	-22,4%	48
Lucro líquido Ex Minoritários	959	485	-49,4%	(474)
Lucro líquido Ajustado³	668	110	-83,5%	(558)
Investimentos	2.704	2.600	-3,8%	(104)

³O Lucro Líquido Ajustado do 2T25 considera o resultado de Transmissão, em uma visão mesmos ativos, o valor seria de R\$ 553 milhões.

Comentário do Desempenho

1.1 MARGEM BRUTA AJUSTADA



De forma consolidada, a Margem Bruta ajustada do Grupo Equatorial no 2T26 apresentou um crescimento de 7,7% em comparação ao 2T25, totalizando R\$ 314 milhões, já excluindo os efeitos da receita de construção e os efeitos IFRS (VNR e MtM).

O resultado é explicado, principalmente, pelo aumento da margem bruta do segmento de Distribuição (R\$ 393 milhões), em função do crescimento de margem da Equatorial Maranhão (R\$ 131 milhões), da Equatorial Goiás (R\$ 114 milhões), da CEEE-D (R\$ 93 milhões), da Equatorial Piauí (R\$ 32 milhões), Equatorial Pará (R\$ 23 milhões) e Equatorial Amapá (R\$ 10 milhões), a Equatorial Alagoas apresentou uma leve queda de (- R\$ 10 milhões).

O resultado também foi impactado negativamente pela margem bruta da Echoenergia (- R\$ 69 milhões), enquanto a margem da CSA apresentou leve crescimento (R\$ 4 milhões).

Neste trimestre, a variação da tarifa fio-b e do crescimento de mercado impactaram positivamente a margem da distribuição em R\$ 224 milhões e R\$ 124 milhões, respectivamente.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes ou não caixa da margem bruta:

Não Recorrentes Margem Bruta Ajustada	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Deduções da receita operacional	(322)	-	-	-	-	(322)
Reversão Multa e Juros - Acordo Gaúcho	(355)	-	-	-	-	(355)
PIS/COFINS - Acordo Gaúcho	33	-	-	-	-	33
Receita Operacional líquida	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes IFRS (VNR/MtM)	(300)	-	-	26	-	(273)
Margem Bruta Ajustada	(621)	-	-	26	-	(595)

Abaixo o detalhamento dos efeitos não recorrentes que impactam a Margem Bruta:

Deduções da Receita Operacional:

- (i) *Acordo Gaúcho: Ganho de R\$ 355 milhões com reversão de juros e multas fruto do desconto de 75% aplicado na negociação que foi parcialmente compensado por R\$ 33 milhões de PIS/COFINS sobre o ganho (efeito líquido positivo de R\$ 322 milhões);*
- (ii) *Ajustes IFRS (VNR): No segmento de Distribuição, o valor é referente à atualização do ativo financeiro (R\$ 300 milhões), com destaque para as distribuidoras do PA, MA e GO. Com a renovação das concessões do*

Comentário do Desempenho

Pará e Maranhão, em maio de 2026, parcela relevante do ativo financeiro foi reclassificada para ativo intangível. Ainda assim, até a data da renovação, a atualização monetária pelo IPCA sobre essa base gerou impacto relevante no resultado do trimestre;

- (iii) Ajustes IFRS (MtM): Em “Outros” expurgamos o efeito no resultado da marcação a mercado (MtM) dos contratos da comercializadora (R\$ 26 milhões).

1.2 CUSTOS E DESPESAS

Custos Operacionais	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
(+) Pessoal	325	423	30%	98
(+) Material	54	35	-35%	(19)
(+) Serviço de terceiros	758	684	-10%	(74)
(+) Outros	68	86	26%	18
(=) PMSO Reportado	1.204	1.227	1,9%	23
Ajustes - Não Recorrentes (PMSO)	(57)	-	-100%	57
PMSO Ajustado	1.147	1.227	7,0%	80
(+) Provisões	(157)	320	303%	478
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	41	42	2%	1
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(24)	196	-914%	221
(+) Custo de Remoção	71	143	102%	72
(+) Outros Custos Não Caixa	(95)	53	156%	148
(+) Depreciação e amortização	746	831	11%	85
Custos e Despesas Reportado	1.810	2.617	44,6%	807
Ajustes - Não Recorrentes (Provisões)	(9)	-	100%	9
Custos e Despesas Ajustado	1.744	2.617	50,1%	873
IPCA (12 meses)	4,64%			
IGPM (12 meses)	3,16%			

A partir do ano de 2026, os valores de efeito Caixa que antes eram considerados na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais foram evidenciados na linha de **Custo de Remoção**. Essa nova linha se refere ao gasto com serviços de retirada (desativação) de ativos, por exemplo, postes, cabos ou equipamentos da rede elétrica que precisam ser substituídos ou descartados. Vale destacar que essa despesa integra o PMSO real em todos os mecanismos de definição dos Custos Operacionais Regulatórios. Adicionalmente, deve-se notar que essas despesas são diretamente relacionadas ao volume de Capex e à intensidade do processo de unitização e capitalização das obras, ou seja, tendem a variar ao longo do ciclo tarifário conforme a estratégia de alocação temporal de investimentos de cada empresa.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais	2T25	Δ Distribuição	Δ Echoenergia	Δ Saneamento	Δ Outros*	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Pessoal	325	84	4	0	9	423	30,2%	98
(+) Material	54	(19)	0	0	(0)	35	-34,7%	(19)
(+) Serviço de terceiros	758	(62)	(20)	2	7	684	-9,8%	(74)
(+) Outros	68	9	(14)	(1)	24	86	26,5%	18
(=) PMSO Reportado	1.204	11	(29)	2	40	1.227	1,9%	23
Ajustes - Não Recorrentes (PMSO)	(57)	52	5	-	-	-	-100,0%	57
PMSO Ajustado	1.147	63	(24)	2	40	1.227	7,0%	80
(+) Provisões	(157)	50	-	1	427	320	303,4%	478
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	41	1	-	-	0	42	2,1%	1
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(24)	227	-	2	(9)	196	914,4%	221
(+) Depreciação e amortização	746	81	1	2	1	831	11,4%	85
Custos e Despesas Reportado	1.810	370	(28)	7	459	2.617	44,6%	807
Ajustes - Não Recorrentes (Provisões)	(9)	9	-	-	(0)	-	100,0%	9
Custos e Despesas Ajustado	1.744	431	(23)	7	459	2.617	50,1%	873
IPCA (12 meses)				4,64%				
IGPM (12 meses)				3,16%				

*Inclui PPAs e Eliminações

O PMSO Ajustado apresentou aumento de 7% na comparação entre trimestres, passando de R\$ 1.147 milhões para R\$ 1.227 milhões. Como principais efeitos do PMSO Ajustado do trimestre, destacamos:

Distribuição:

- (i) Aumento nas despesas de **Pessoal** em R\$ 84 milhões, refletindo esforços de primarização de equipes, nas distribuidoras do Pará (Regional Sul), Alagoas e Goiás, e de atividades de manutenção da rede, plantão, poda e linha viva (incluindo a unidade de Uruaçu, em Goiás), com aumento de headcount, além de reajustes salariais e benefícios. Este trimestre também refletiu um aumento de aproximadamente R\$ 17 milhões nas provisões para incentivos de longo prazo (ILP) e reajustes contratuais, em grande parte decorrente da valorização das ações da Companhia no período de apuração, que impacta a mensuração desses programas. Desconsiderando esse efeito, o crescimento dessa linha teria sido de 2,8%.
- (ii) Redução de R\$ 19 milhões na linha de **Materiais**, devido a otimização no uso de materiais de manutenção;
- (iii) Redução de R\$ 62 milhões de **Serviço de Terceiros**, reflexo da Primarização das equipes, redução nos serviços de limpeza de faixa e poda, e redução de consultorias;
- (iv) Aumento de R\$ 9 milhões em **Outros**, principalmente em função de doações para o Instituto Equatorial, que no ano passado ocorreram no 3º trimestre.

Echoenergia:

- (i) Redução de R\$ 24 milhões no PMSO Ajustado, devido a reclassificação de parte do PMSO para a linha de Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição;

Vale destacar que, a partir do 2T26, os Encargos de Uso do Sistema passaram a ser registrados diretamente na linha de "Encargos de Uso do Sistema", deixando de registrá-los no PMSO. Os valores do 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados.

Outros (Holding):

- (i) Aumento de R\$ 24 milhões na linha de outros, sendo impactado em R\$ 16 milhões pelo menor volume de processos FUNAC encerrados no PPA de GO no 2T26 em comparação ao 2T25, resultando em uma redução relevante das reversões de contingências reconhecidas.

Comentário do Desempenho

A linha de Provisões apresentou aumento de 303%, principalmente em função da base de comparação do 2T25, que foi impactada pela reversão de provisões relacionadas ao PPA da Equatorial Goiás (R\$ 408 milhões) de processos que foram encerrados com êxito, que estavam classificados como remoto ou provável. No 2T26, a movimentação reflete, principalmente, a evolução da PECLD de R\$ 50 milhões, sendo mais relevante nas distribuidoras do Maranhão, Piauí e Goiás, além da atualização das provisões para contingências e do maior reconhecimento de impairment e PECLD associados às provisões da FUNAC (R\$ 70 milhões). A abertura das explicações para os movimentos de cada segmento está em suas respectivas seções no documento.

Vale ressaltar que neste trimestre houve a revisão e atualização da matriz de PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes.

Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente/não caixa:

Não Recorrentes / Não Caixa Custos	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Outros Custos Não Caixa	62	-	-	-	-	62

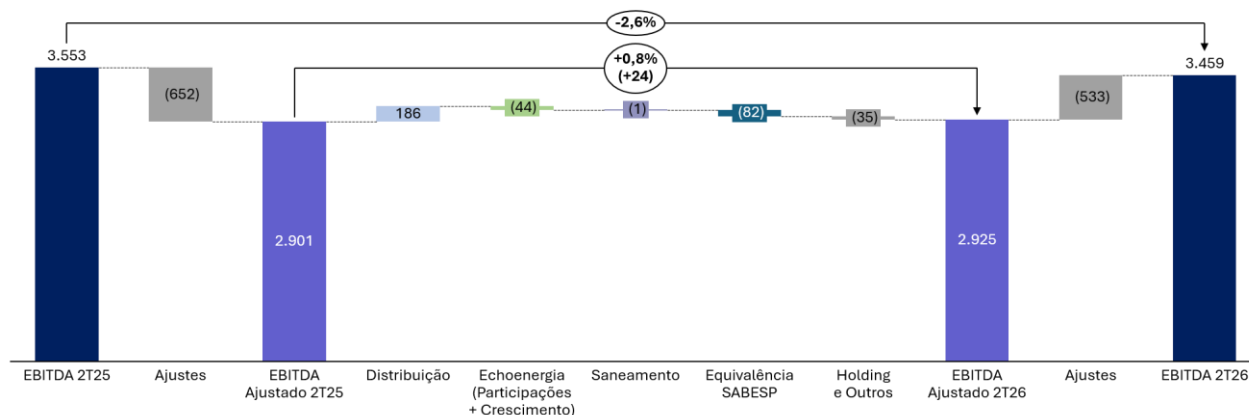
Outros Custos Não Caixa

(i) Contabilização de R\$ 62 milhões nas distribuidoras, referente à baixa de ativos;

O efeito individual por distribuidora pode ser visualizado na tabela de não recorrentes da seção de Distribuição.

Comentário do Desempenho

1.3 EBITDA



O EBITDA reportado da Equatorial atingiu R\$ 3.459 milhões no 2T26, um valor 2,6% inferior aos R\$ 3.553 milhões registrados no 2T25. Na visão ajustada por efeitos não recorrentes e não caixa, o EBITDA alcançou R\$ 2.925 milhões, 0,8% superior ao mesmo período do ano anterior, ou R\$ 24 milhões superior, crescimento explicado principalmente pelo aumento do segmento de distribuição em R\$ 186 milhões, fruto do crescimento da margem bruta.

Em contrapartida, o resultado foi, parcialmente, atenuado pela queda da geração, que impactou o EBITDA da Echoenergia e pela equivalência patrimonial da SABESP, que no trimestre, reduziu R\$ 82 milhões. O EBITDA Ajustado ex. Sabesp apresentou um crescimento de 4,1% na comparação entre os trimestres.

O EBITDA ajustado já contempla os ajustes não caixa e IFRS (VNR e MtM).

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA, conforme Resolução CVM 156/22:

EBITDA	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
EBITDA Equatorial Societário	3.553	3.459	-2,6%	(94)
Ajustes EBITDA	(652)	(533)	-18,2%	118
Não Recorrentes / Não Caixa	(452)	(260)	-42,5%	192
(-) VNR	(208)	(300)	44,2%	(92)
(-) MtM	8	26	220,6%	18
EBITDA Equatorial Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24

Os efeitos não-recorrentes ou não caixa que impactaram o EBITDA estão relacionados a seguir.

Não Recorrentes EBITDA	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Margem Bruta	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes IFRS (VNR/MtM)	(300)	-	-	26	-	(273)
Margem Bruta Ajustada	(621)	-	-	26	-	(595)
Outros Custos Não Caixa	62	-	-	-	-	62
Ajustes EBITDA	(560)	-	-	26	-	(533)

Os ajustes do EBITDA estão representados nas seções “Margem Bruta” e “Custos e Despesas”. Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

Comentário do Desempenho

1.4 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro líquido	2T25	Δ Distribuição	Δ Saneamento	Δ Echoenergia	Δ Outros	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Rendas Financeiras	316	39	(0)	5	1	360	14,1%	45
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	162	(14)	(0)	(1)	-	147	-9,0%	(15)
(+) Encargos da dívida	(1.612)	(520)	(4)	(25)	43	(2.118)	31,4%	(506)
(+) Encargos CVA	(8)	104	-	-	-	96	-1257,5%	104
(+) AVP - Comercial	(9)	4	(0)	-	-	(4)	-47,9%	4
(+) Contingências	(57)	(27)	(0)	-	1	(82)	43,9%	(25)
(+) Outras Receitas / Despesas	(142)	142	0	8	(77)	(69)	-51,2%	73
Resultado financeiro	(1.350)	(272)	(4)	(12)	(32)	(1.670)	23,7%	(320)
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	(79)	-	-	-	(79)	N/A	(79)
(-/+ Efeitos Não Caixa	19	-	-	-	(19)	-	-100,0%	(19)
Resultado financeiro ajustado	(1.331)					(1.749)	31,4%	(418)

De forma consolidada, o resultado financeiro reportado da Companhia atingiu R\$ 1.670 milhões negativos contra R\$ 1.350 milhões negativos no 2T25, enquanto resultado financeiro ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa no 2T26 foi de R\$ 1.749 milhões negativos, 31,4% maior em relação ao 2T25. A piora no resultado financeiro do trimestre é explicada, principalmente, pelo crescimento do saldo da dívida, em 26,1%, além do crescimento do IPCA, segundo indexador mais relevante na dívida da companhia (0,93% no 2T25 vs 1,42% no 2T26).

Os efeitos não-recorrentes que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Não Recorrentes Resultado Financeiro	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Resultado Financeiro	(79)	-	-	-	-	(79)

Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente no Resultado Financeiro:

- (i) *Reconhecimento de R\$ 78,5 milhões de reversão de juros e multa por ICMS pago em atraso no período antes da privatização, decorrente de recálculo dos créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na CEEE-D, referente a períodos anteriores. Esse recálculo resultou em um crédito adicional ao anteriormente contabilizado no montante de R\$ 440,9 milhões, cujo montante de R\$362,4 milhões (líquido da multa e juros indevidamente aplicados) e será devolvido aos consumidores, conforme a regulamentação aplicável.*

Comentário do Desempenho

1.5 LUCRO LÍQUIDO

De forma consolidada, o lucro líquido do período foi de R\$ 653 milhões, enquanto o lucro líquido ajustado foi de R\$ 110 milhões.

Lucro Líquido	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Distribuição	620	789	27%	169
Echo Participações	(23)	(59)	160%	(37)
Echo Crescimento	(41)	(57)	39%	(16)
Serviços	7	(39)	N/A	(46)
CSA	(47)	(54)	15%	(7)
PPAS	561	-	-100%	(561)
Holding + outros	212	74	-65%	(139)
(=) Lucro Líquido	1.290	653	-49%	(637)
Ajustes Totais	(622)	(543)	-13%	79
Ajustes Distribuição	47	(362)	-874%	(409)
Ajustes Echoenergia	5	-	-100%	(5)
Ajustes Saneamento	-	-	N/A	-
Ajustes Serviços	-	-	N/A	-
Ajustes PPAS e Holding	(561)	-	-100%	561
Ajustes PNs - Não caixa	19	-	-100%	(19)
Ajustes IFRS (VNR e MtM)	(132)	(180)	37%	(49)
(=) Lucro Líquido Equatorial Ajustado	668	110	-83,5%	(558)
(=) Lucro Líquido	1.290	653	-49,4%	(637)
<i>(-) Participações Minoritárias</i>	<i>(216)</i>	<i>(168)</i>	<i>-22,4%</i>	<i>48</i>
(=) Lucro Líquido Ex Minoritários	959	485	-49,4%	(474)
Lucro Líquido Ajustado - Mesmos ativos	553	110	-80,1%	(443)

As participações minoritárias da companhia são afetadas pelo direito econômico dos dividendos no ano em curso conferido às ações PN emitidas na Equatorial Distribuição, e por isso não refletem a participação econômica existente na Equatorial. O Lucro Líquido Ajustado por minoritários, para uma visão mais aderente, deve levar em consideração: (i) as participações minoritárias das empresas do grupo, que no trimestre atingiram R\$ 60,8 milhões e (ii) o valor da atualização das PNs por CDI, que no trimestre registrou R\$ 38,3 milhões. Efetuando estes ajustes, o Lucro Líquido Ex Minoritários seria de R\$ 553,9 milhões.

Abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes e não caixa que impactaram o lucro da companhia:

Não Recorrentes Lucro Líquido	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Ajustes EBITDA (Margem + Custos)	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes Resultado Financeiro	(79)					(79)
Impostos	38					38
Ajustes IFRS (VNR / MtM) líquido de impostos	(198)			17		(180)
Ajustes Totais Lucro Líquido	(560)	-	-	17	-	(543)

A linha de impostos ajusta o valor do trimestre para a incidência de impostos sobre o resultado recorrente, e a linha de Ajustes IFRS traz os efeitos não caixa já líquidos de impostos.

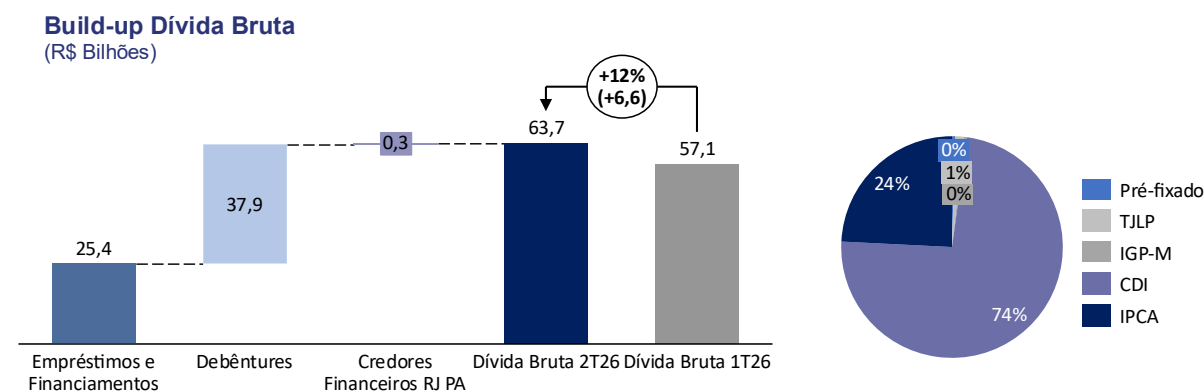
Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente no Lucro Líquido:

Comentário do Desempenho

- (i) Não recorrente de impostos em Alagoas de R\$ 38 milhões, refere-se a reversão de reconhecimento de ativo fiscal diferido de IRPJ/CSLL, após identificação de lançamento indevido na rubrica de ativo em curso, ainda não incorporados à base de ativos.

1.6 ENDIVIDAMENTO

No trimestre, a dívida bruta consolidada, considerando empréstimos e financiamentos, credores financeiros da recuperação judicial (líquido de ajuste a valor presente) e debêntures, atingiu R\$ 63,7 bilhões, representando um aumento de 12% em relação ao 1T26, principalmente pela tomada de financiamento de R\$ 5,1 bilhões para a aquisição de 30% da Copasa por R\$ 5,6 bilhões. Para abertura mais detalhada da dívida, visite o website de RI, na seção: Informações Financeiras – Dados Operacionais e Financeiros.



Build-up Dívida Líquida / EBITDA*
Visão Covenants

Os covenants da Equatorial consideram o EBITDA 12m das aquisições da companhia e desconsidera parte das dívidas de RJ

Build-up - Covenants	
Dívida Bruta	63,7
(-) Ajustes Covenants	1,9
(-) Disponibilidades	10,0
Dívida Líquida	51,8
EBITDA Covenants	16,8
Dívida líquida / EBITDA	3,1x

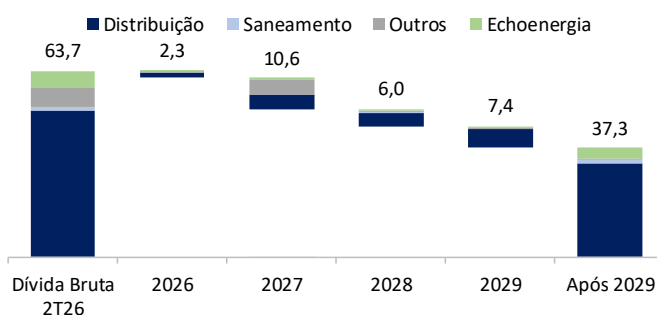
Prazo e Custo Médio

5,6 anos / 14,15% a.a.

Referente ao custo médio do passivo incorrido no período

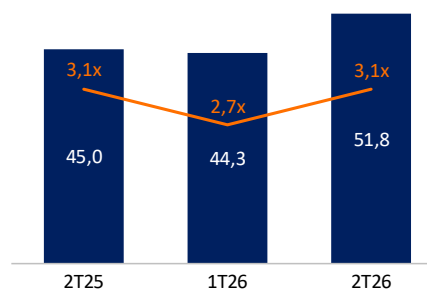
Cronograma de Amortização

(R\$ Bi)



Histórico Dívida Líquida / EBITDA

Visão Covenants (R\$ Bi)



A dívida líquida apurada para fins de covenants atingiu R\$ 51,8 bilhões, implicando numa relação dívida líquida/EBITDA de 3,1x e desconsiderando o ganho de capital da Transmissão, a relação dívida líquida/EBITDA fica em 3,6x. A abertura

Comentário do Desempenho

do quadro de *covenants* apresenta o EBITDA da Equatorial somado pela equivalência patrimonial das suas investidas, sendo 15% na SABESP e 30% na Copasa, referentes aos últimos 12 meses.

Nos últimos 12 meses a parcela da dívida do grupo indexada ao CDI registrou um custo de 15,44% a.a., ou CDI + 0,57% a.a., enquanto a parcela da dívida indexada ao IPCA registrou um custo médio de 10,39% a.a., ou IPCA + 5,41% a.a..

A cobertura de caixa com relação às obrigações de curto prazo da Companhia foi de 2,5x no 2T26, ficando bem acima do 2T25, em virtude do trabalho de alongamento das dívidas que reduziu os vencimentos no curto prazo.

1.7 INVESTIMENTOS

Investimentos	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Distribuição	2.674	2.527	-5%	(147)
Ativos elétricos	2.101	1.933	-8%	-168
Obrigações especiais	430	460	7%	31
Ativos não elétricos	144	134	-6%	-9
Renováveis	11	48	341%	37
Ativos Operacionais	21	48	126%	27
Projetos em desenvolvimento	(10)	(0)	-	10
Saneamento	13	12	-7%	(1)
Outros	6	13	110%	7
Total Equatorial	2.704	2.600	-3,8%	(104)

As informações relativas aos Investimentos realizados consideram 100% dos nossos ativos nos períodos reportados. Os novos ativos, são considerados a partir de suas respectivas consolidações.

No 2T26 os investimentos consolidados somaram cerca de R\$ 2,6 bilhões, volume 3,8% inferior ao registrado no 2T25.

A redução dos investimentos entre trimestres é reflexo do volume investido no segmento de distribuição, em especial na linha de ativos elétricos, que registrou uma queda de 8%, influenciada por fatores como o menor volume de aquisições de materiais para estoque, alinhada com a estratégia de priorizar a utilização dos estoques existentes e redução na linha de adiantamentos a fornecedores, refletindo a menor necessidade de desembolsos antecipados para aquisição de serviços em relação ao mesmo período de 2025.

A linha de Obrigações Especiais apresentou um aumento relevante devido a maiores investimentos no PLPT (Programa Luz para Todos). O maior impacto absoluto foi observado na Equatorial Piauí, com um aumento de R\$ 24,41 milhões, principalmente devido ao crescimento do volume financeiro em PLPT Remoto, impulsionado pelo aumento da quantidade de ligações, e à previsão de 15 mil ligações no PLPT para 2026.

Os investimentos em ativos não elétricos no segmento de distribuição totalizaram R\$ 134,24 milhões, representando 5,3% do CAPEX total de distribuição no 2T26. Nesta linha, destacam-se os investimentos em Projetos Estratégicos, que somaram R\$46 milhões.

Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

Comentário do Desempenho

1.8 ESG (Environmental, Social and Governance)

O Grupo Equatorial encerra este trimestre reafirmando seu compromisso com a agenda ESG, com avanços nas frentes ambiental, social e de governança que consolidam a sustentabilidade como pilar estratégico do negócio.

No campo ambiental, destaque para a conquista do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o mais alto nível de reconhecimento concedido aos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa. A certificação atesta que o inventário de emissões do Grupo é completo, segue os critérios metodológicos do programa e passou por verificação independente de terceira parte, resultado do trabalho conjunto da Gerência de Meio Ambiente com as demais áreas da companhia. O inventário foi registrado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol e estará disponível para consulta no site da Fundação Getúlio Vargas a partir de agosto de 2026.

Na frente de governança e reputação corporativa, o Grupo Equatorial conquistou o 1º lugar na categoria Energia da edição 2026 do prêmio Melhores ESG, da revista Exame, em cerimônia realizada em São Paulo no fim de maio. A premiação avaliou 16 categorias setoriais com metodologia desenvolvida em parceria com o Ibmecc, combinando avaliação técnica, exposição midiática e validação institucional.

Ainda em junho, foi divulgado o Relatório de Sustentabilidade 2026 do Grupo Equatorial, documento que apresenta melhorias substantivas em relação à edição do ano anterior, reforçando a transparência e o aprofundamento das informações relacionadas às práticas ESG da companhia.

No pilar social, o semestre também registrou um aumento de R\$ 2,3 milhões nos investimentos sociais privados em comparação ao mesmo período do ano passado, reflexo do fortalecimento das iniciativas conduzidas pelo Instituto Equatorial. Entre elas, ganhou destaque a certificação da primeira turma maranhense do projeto Energia Feminina: 112 mulheres em situação de vulnerabilidade social concluíram a capacitação em empreendedorismo, gestão financeira, marketing digital e eficiência energética, promovida pelo Instituto Equatorial em parceria com o CIEDS. Da primeira fase, 52 empreendedoras foram selecionadas para a segunda etapa do programa, que contará com incubação de negócios e aporte de capital semente, culminando em uma feira de exposição de produtos ao final de seis meses.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre, no quadro abaixo.

Indicadores ESG	Unidade	2T25	2T26	Δ%
Ambiental				
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	247.808	222.207	-10,3%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	0	0	-23,2%
Número de Ligações de Energia em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente)	#	3.230	6.110	89,2%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	28.642	31.225	9,0%
Social				
% de Mulheres no Grupo Equatorial	%	33%	33%	-1,3%
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	23%	23%	-2,0%
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	8%	7%	-18,1%
% de Fornecedores Locais	%	46%	59%	26,9%
Investimentos Sociais	R\$ mil	7.029	9.333	32,8%
TG Próprios	#	125	8	-93,6%
TG Terceiros	#	209	35	-83,3%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	0	0	N/A
Número de Acidentes com a População	#	0	1	N/A
Número de Unidades Consumidoras (UCs) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)	#	4.457	4.302	-3,5%
Governança				
% de Conselheiros Independentes ¹	%	88%	88%	0 p.p.
% de Mulheres no Conselho	%	14%	14%	0 p.p.
% de Colaboradores Treinados na Trilha de Integridade	%	98%	91%	-7 p.p.
Casos Registrados no Canal de Ética	#	247	249	0,8%

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).



Comentário do Desempenho

2. DISTRIBUIÇÃO

2.1 DESEMPENHO COMERCIAL

Dados Operacionais		2T25								2T26							
		MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total
Energia Injetada SIN	GWh	2.494	3.710	1.340	1.290	2.341	449	4.575	16.199	2.536	3.866	1.309	1.294	2.407	443	4.677	16.532
Sistema isolado	GWh	0	75	0	0	0	14	0	90	1	67	1	0	0	16	0	85
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	232	354	242	174	114	31	708	1.855	290	429	293	201	158	40	965	2.377
Energia Injetada Bruta Total	GWh	2.726	4.138	1.582	1.464	2.455	494	5.283	18.143	2.827	4.363	1.603	1.495	2.565	499	5.642	18.994
Variação Injetada Bruta Total (%)	%									3,7%	5,4%	1,3%	2,1%	4,5%	1,1%	6,8%	4,7%
Residencial - convencional	GWh	718	759	309	311	716	103	1.330	4.247	734	787	296	312	783	112	1.292	4.315
Residencial - baixa renda	GWh	432	445	200	189	129	79	254	1.727	469	487	218	200	130	81	298	1.883
Industrial	GWh	25	47	14	18	43	7	67	220	21	39	12	12	28	6	55	173
Comercial	GWh	132	269	109	113	313	49	374	1.359	128	258	102	102	296	48	333	1.267
Outros	GWh	407	397	240	169	251	43	794	2.301	415	405	227	164	226	42	780	2.259
Consumidores Cativos	GWh	1.714	1.917	872	799	1.452	281	2.820	9.855	1.766	1.977	857	790	1.462	288	2.757	9.896
Industrial	GWh	122	394	45	181	318	6	985	2.050	126	414	46	131	330	6	1.022	2.076
Comercial	GWh	154	275	79	93	263	20	244	1.129	164	301	87	70	290	22	278	1.211
Outros	GWh	12	38	21	41	75	3	73	264	19	48	26	27	96	4	83	303
Consumidores livres	GWh	288	707	144	316	656	30	1.303	3.443	309	763	159	228	716	32	1.384	3.590
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	4	8	48	4	20	0	2	86	4	8	48	3	18	0	1	83
Energia Faturada	GWh	2.006	2.632	1.065	1.118	2.128	310	4.125	13.384	2.079	2.748	1.064	1.021	2.196	320	4.141	13.569
Variação Faturada (%)	%									3,6%	4,4%	0,0%	-8,7%	3,2%	3,0%	0,4%	1,4%
SCEE - GDII + GD IIII	GWh	68	130	70	47	24	17	184	539	104	185	96	71	50	27	409	943
Mercado Fio B	GWh	2.074	2.762	1.134	1.165	2.153	327	4.308	13.923	2.183	2.933	1.161	1.092	2.246	347	4.551	14.512
Variação Mercado Fio B (%)	%									5,3%	6,2%	2,3%	-6,3%	4,3%	6,1%	5,6%	4,2%
TOTAL Mercado Distribuído (Mercado Fio B Total + Comp. GD I)	GWh	2.194	2.913	1.251	1.246	2.192	337	4.597	14.730	2.313	3.096	1.287	1.287	2.307	356	4.839	15.484
Variação Mercado Distribuído (%)	%									5,4%	6,3%	2,8%	3,3%	5,2%	5,7%	5,3%	5,1%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	2.167	2.901	1.298	1.234	2.180	342	4.783	14.906	2.309	3.100	1.327	1.280	2.294	361	5.043	15.714
Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)	%									6,6%	6,8%	2,2%	3,7%	5,2%	5,5%	5,4%	5,4%
Número de Consumidores	MIL	2.820	3.064	1.558	1.403	1.978	264	3.479	14.568	2.883	3.117	1.596	1.438	2.031	276	3.651	14.993
Variação Número de Consumidores (%)	%									2,3%	1,7%	2,4%	2,5%	2,7%	4,6%	4,9%	2,9%

PERDAS (12 meses)

Distribuidoras	2T25	1T26	2T26	Regulatório 2T26		Regulatório LTM	Δ 2T25	Δ 1T26	Δ Regulatório²
				Homologado	Pós CP 09				
Consolidado	18,1%	18,0%	17,9%	18,9%	-	-	-0,2%	-0,1%	-1,0%
Equatorial Maranhão	19,2%	19,2%	18,7%	19,1%	-	-	-0,5%	-0,5%	-0,4%
Equatorial Pará	29,4%	29,7%	29,5%	28,9%	-	-	0,1%	-0,2%	0,6%
Equatorial Piauí	17,6%	17,1%	16,9%	19,3%	-	-	-0,6%	-0,2%	-2,4%
Equatorial Alagoas	16,9%	16,4%	16,1%	18,0%	18,5%	-	-0,8%	-0,3%	-2,4%
CEEE-D	13,0%	13,1%	12,9%	12,5%	-	-	-0,1%	-0,2%	0,3%
CEA¹	31,3%	30,2%	29,5%	33,2%	-	-	-1,8%	-0,7%	-3,7%
Equatorial Goiás	10,3%	10,0%	10,3%	12,8%	-	-	0,0%	0,3%	-2,5%

¹ Em relação à cobertura tarifária para compra de energia da CEA, cumpre destacar que além do valor usual implícito no nível de perdas regulatórias, a Anel disponibilizou na Sparta da RTA 2025 o valor adicional de R\$ 55,3 milhões, homologado via REH, e é referente ao parágrafo único do art. 4º b da lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009. Este mecanismo complementar, previsto em lei, se extingue no processo tarifário de 2026.

² O delta de perdas regulatório para Alagoas já considera o resultado 12 meses das Perdas Pós CP 09. As demais serão inseridas após a próxima RTA.

As informações operacionais foram divulgadas na planilha de dados do site. Para acessar o documento, [clique aqui](#).

Comentário do Desempenho

PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO (12 meses)

A seguir, apresentamos a expectativa do nível de contratação das distribuidoras para o segundo trimestre de 2026 na visão com e sem ajustes decorrentes da sobrecontratação involuntária.

2T26	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO
% de contratação	101,28%	101,37%	104,31%	103,58%	101,50%	127,99%	105,87%
% desconsiderando involuntária	101,28%	101,37%	104,31%	103,58%	101,50%	100,00%	100,00%

No 2T26, AP e GO apresentaram contratação acima de 105% da carga, em ambos os casos por sobrecontratação involuntária. No Amapá, o efeito decorre de contratos legados firmados em 2015, quando a CEA ainda não integrava o SIN e se projetava crescimento superior ao realizado. Já em Goiás, o excedente foi endereçado em abril/26 com a devolução de contratos via MCSD na CCEE, recolocando a distribuidora dentro do limite. Desconsiderando a sobrecontratação involuntária, ambas se enquadram abaixo de 105%.

PECLD e ARRECADAÇÃO – TRIMESTRE

PECLD/ROB ¹	2T25	2T26	Δ	Arrecadação - IAR	2T25	2T26	Δ
Equatorial Maranhão	1,05%	2,37%	1,32 p.p.	Equatorial Maranhão	97,55%	95,12%	-2,43 p.p.
Equatorial Pará	2,43%	2,18%	-0,25 p.p.	Equatorial Pará	95,04%	95,16%	0,12 p.p.
Equatorial Piauí	1,49%	2,21%	0,72 p.p.	Equatorial Piauí	100,14%	95,96%	-4,18 p.p.
Equatorial Alagoas	1,16%	0,16%	-1 p.p.	Equatorial Alagoas	99,35%	99,36%	0,01 p.p.
CEEE-D	0,20%	-0,05%	-0,24 p.p.	CEEE-D	99,90%	100,81%	0,91 p.p.
CEA	1,20%	0,49%	-0,7 p.p.	CEA	99,49%	100,58%	1,09 p.p.
Equatorial Goiás	0,33%	0,66%	0,33 p.p.	Equatorial Goiás	98,90%	98,12%	-0,78 p.p.
Consolidado	1,11%	1,26%	0,15 p.p.	Consolidado	98,09%	97,32%	-0,77 p.p.

¹ Desconsidera Receita de Construção

Conforme mencionado na seção consolidada, neste trimestre, houve a revisão e atualização da matriz de PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes, assim, de maneira consolidada, a PECLD do grupo atingiu 1,26% da ROB contra 1,11% no 2T25, com crescimento marginal entre os trimestres. Este resultado é reflexo, principalmente, do desempenho da Equatorial Maranhão, Piauí e Goiás.

Os efeitos que impactaram a linha de PECLD das distribuidoras estão detalhados na seção de custos e despesas.

A arrecadação das companhias finalizou o trimestre em um patamar consolidado de 97,32%, com destaque para os níveis de arrecadação da CEA (100,58%), CEEE-D (100,81%) e Equatorial Alagoas (99,36%). Em contrapartida, houve uma menor arrecadação na Equatorial MA, PI e GO, influenciada principalmente pelo aumento da inadimplência decorrente da possibilidade de troca de titularidade, combinado ao crescimento do faturamento no mês de junho e uma redução das ações de cobrança no período.

As distribuidoras do PI, MA e PA ainda refletem os efeitos dos processos tarifários, com o aumento das tarifas. Estamos atuando para equacionar esses desvios, por meio da intensificação da comunicação e do uso de outras ferramentas de cobrança, como mutirões e campanhas de arrecadação.

Comentário do Desempenho

2.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

DEC e FEC (12 meses)

Distribuidoras	2T25	1T26	2T26	Regulatório	Δ 2T25	Δ 1T26	Δ Regulatório
DEC							
Equatorial Maranhão	12,5	13,2	12,3	13,7	-0,2	-0,9	-1,4
Equatorial Pará	18,1	15,5	15,4	20,3	-2,6	-0,1	-4,8
Equatorial Piauí	16,7	18,4	17,7	18,0	1,0	-0,7	-0,3
Equatorial Alagoas	16,8	13,6	13,4	14,1	-3,4	-0,3	-0,7
CEEE-D	13,9	10,2	9,8	7,6	-4,2	-0,4	2,2
CEA	30,5	26,8	24,3	44,3	-6,2	-2,5	-20,0
Equatorial Goiás	14,8	11,4	11,1	11,0	-3,7	-0,4	0,1
FEC							
Equatorial Maranhão	5,3	6,3	5,9	7,9	0,6	-0,3	-1,9
Equatorial Pará	7,4	6,8	7,0	14,6	-0,4	0,2	-7,6
Equatorial Piauí	6,2	6,6	6,2	11,0	-0,1	-0,4	-4,9
Equatorial Alagoas	6,0	5,2	5,1	10,8	-0,9	-0,2	-5,7
CEEE-D	5,7	4,5	4,4	5,3	-1,3	-0,2	-0,9
CEA	13,4	11,8	11,2	30,0	-2,2	-0,6	-18,9
Equatorial Goiás	6,9	5,3	5,2	7,1	-1,6	0,0	-1,9

No 2T26, o Grupo Equatorial apresentou melhora sequencial dos indicadores de continuidade, com redução do DEC em todas as sete distribuidoras na comparação com o 1T26. O destaque foi a Equatorial Piauí, que reduziu o DEC para 17,7h e voltou a se enquadrar no limite regulatório (18,0h), seguida pela CEA, que registrou a maior redução do trimestre (-2,5h).

Na comparação anual, o DEC recuou em seis das sete concessões frente ao 2T25, com destaque para CEA (-6,2h), CEEE-D (-4,2h), e Goiás (-3,7h), refletindo a maturação dos investimentos em rede e a assertividade dos processos de manutenção.

Atualmente, cinco das sete concessões da Equatorial estão dentro do limite regulatório do DEC, e todas as distribuidoras do grupo estão dentro do limite regulatório do FEC. A CEEE-D e a Equatorial Goiás seguem em trajetória de enquadramento, com foco no reforço da rede e no aumento da resiliência operacional.

Comentário do Desempenho

2.3 DESEMPENHO FINANCEIRO

2.4 MARGEM BRUTA

Análise da receita	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
(+) Vendas as classes	1.526	2.285	887	762	1.164	288	2.528	9.440	1.790	2.352	1.029	784	1.452	304	2.840	10.550	12%
Renda Não Faturada	33	46	12	(9)	(72)	4	(35)	(21)	9	28	13	34	(67)	2	(19)	0	-100%
(+) Ult. de demanda / reativo excedente	(5)	(12)	(3)	(4)	(9)	(1)	(22)	(56)	(5)	(13)	(4)	(3)	(9)	(1)	(24)	(59)	5%
(+) Outras receitas	404	668	194	217	336	77	594	2.490	470	849	270	224	749	76	886	3.525	42%
Subvenção baixa renda	91	121	52	49	19	11	49	392	157	184	93	73	28	15	80	630	61%
Subvenção CDE outros	62	230	55	61	55	33	149	645	87	250	75	59	90	30	232	823	27%
Uso da rede	69	172	41	70	210	17	303	882	92	193	55	55	203	18	424	1.040	18%
Atualização ativo financeiro	115	57	3	2	9	1	21	208	69	140	7	6	24	2	51	300	44%
Bandeira Tarifária	29	32	15	13	5	9	-	102	23	28	11	11	7	4	10	94	-8%
Multa por atraso de pagamento	15	22	9	8	10	3	23	91	17	23	10	8	14	3	27	102	13%
(+) Outras receitas operacionais	24	34	19	12	29	3	50	170	24	32	18	12	384	3	62	535	214%
Outras Receitas (Parcela B)	14	21	8	6	25	2	32	107	15	21	7	6	25	2	34	110	3%
(+) Suprimento	10	50	15	25	22	34	65	221	(24)	(39)	(29)	(1)	(32)	67	118	59	-73%
(+) Valores a receber de parcela A	65	42	46	28	226	37	471	915	242	344	70	157	212	133	160	1.317	44%
(+) Receita de construção	303	856	224	179	302	102	708	2.674	330	716	239	188	282	97	675	2.527	-5%
(=) Receita operacional bruta	2.305	3.889	1.363	1.207	2.040	537	4.343	15.685	2.803	4.210	1.574	1.348	2.653	676	4.656	17.920	14%
(+) Deduções à receita	(619)	(877)	(352)	(309)	(634)	(113)	(1.223)	(4.127)	(809)	(969)	(484)	(353)	(793)	(134)	(1.427)	(4.968)	20%
PIS/COFINS/ICMS/ISS	(499)	(714)	(284)	(241)	(418)	(91)	(787)	(3.036)	(633)	(742)	(389)	(266)	(488)	(103)	(864)	(3.483)	15%
Compensações Indicadores de Qualidade	(8)	(11)	(8)	(7)	(10)	(3)	(40)	(87)	(8)	(9)	(8)	(5)	(13)	(2)	(26)	(71)	-18,3%
Demais Deduções (CDE e Encargos)	(112)	(152)	(60)	(61)	(206)	(18)	(396)	(1.004)	(168)	(219)	(87)	(82)	(292)	(29)	(537)	(1.413)	41%
(=) Receita operacional líquida	1.686	3.013	1.011	898	1.406	425	3.120	11.558	1.994	3.240	1.090	996	1.860	542	3.229	12.952	12%
(-) Receita de construção	(303)	(856)	(224)	(179)	(302)	(102)	(708)	(2.674)	(330)	(716)	(239)	(188)	(282)	(97)	(675)	(2.527)	-5%
(=) Receita operac. líq. sem rec.de construção	1.383	2.157	787	719	1.104	323	2.412	8.884	1.663	2.524	851	808	1.579	444	2.554	10.424	17%
(-) Energia comprada e transporte e Encargos	(694)	(1.041)	(392)	(374)	(797)	(162)	(1.445)	(4.903)	(889)	(1.302)	(420)	(469)	(842)	(272)	(1.444)	(5.637)	15%
(=) Margem Bruta	689	1.116	395	345	307	161	967	3.980	775	1.222	432	339	737	172	1.111	4.787	20%
(+) Não-Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	N/A
(-) VNR	(115)	(57)	(3)	(2)	(9)	(1)	(21)	(208)	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)	44%
(=) Margem Bruta Ajustada (Ex-VNR)	574	1.059	392	343	299	160	946	3.772	705	1.082	424	333	391	170	1.060	4.166	10%
Δ% Margem Bruta Ajustada									22,9%	2,2%	8,2%	-3,0%	31,0%	6,5%	12,0%		

No 2T26, a Margem Bruta ajustada das distribuidoras ex-VNR alcançou R\$ 4,1 bilhões, 10% maior do que o mesmo período do ano anterior, influenciada, principalmente, pela variação positiva da tarifa fio-B (R\$ 224 milhões), crescimento de mercado (R\$ 124 milhões) e melhora do delta perdas de (R\$ 115 milhões). A Equatorial Maranhão foi a distribuidora que mais contribuiu para a variação positiva da margem do trimestre (+ R\$ 131 milhões), principalmente pelo efeito da revisão tarifária que aumentou a base de remuneração de R\$ 4,4 Bilhões para R\$ 7,4 Bilhões.

Comentário do Desempenho

2.5 DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR

Custos Operacionais R\$ milhões	2T25								2T26								Δ%
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	
(+) Pessoal	44	57	25	25	33	14	54	253	50	62	35	37	43	13	98	337	33,3%
(+) Material	5	7	2	5	5	2	19	45	8	9	4	4	(11)	1	11	26	-42,6%
(+) Serviço de terceiros	107	151	69	45	116	21	243	751	109	144	64	39	115	16	202	688	-8,3%
(+) Outros	10	6	6	4	2	1	7	37	7	14	6	4	9	2	3	45	23,5%
(=) PMSO Reportado	166	221	103	79	156	38	322	1.085	174	228	109	84	155	32	314	1.097	1,0%
Ajustes	-	(22)	(3)	(4)	6	(5)	(24)	(52)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
PMSO Ajustado	166	199	100	76	161	32	299	1.034	174	228	109	84	155	32	314	1.097	6,1%
PECLD e perdas	21	74	17	12	3	5	12	144	59	76	30	2	(1)	3	26	194	34,5%
PECLD/ROB (Ex-Receita de Construção)	1,05%	2,43%	1,49%	1,16%	0,20%	1,20%	0,33%	1,11%	2,37%	2,18%	2,21%	0,16%	-0,05%	0,49%	0,66%	1,26%	
Provisões - contingências	4	3	2	3	22	0	18	53	5	3	2	0	18	1	21	51	-4,4%
Provisões - FUNAC	-	-	-	-	-	-	67	67	-	-	-	-	-	-	70	70	3,8%
(+) Provisões	25	77	19	15	26	5	97	265	64	79	32	2	17	4	117	315	18,9%
Ajustes Provisões	-	-	-	-	28	-	(37)	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
(=) Provisões Ajustadas	25	77	19	15	54	5	60	256	64	79	32	2	17	4	117	315	23,1%
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	12	25	-	-	-	4	0	41	0	35	-	-	-	7	-	42	2,0%
(+) Custo de Remoção	8	6	2	3	16	4	31	71	8	17	3	4	71	11	29	143	102,4%
(+) Outros Custos Não Caixa	(30)	11	2	6	(7)	3	(77)	(93)	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62	-166,0%
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(22)	17	4	9	9	6	(46)	(23)	19	28	(1)	2	114	12	29	203	1000,0%
(+) Depreciação e amortização	91	223	46	35	67	16	185	662	19	28	(1)	2	114	12	29	205	-69,1%
(=) Custos e despesas gerenciáveis	272	563	172	139	257	68	559	2.030	277	397	138	91	401	68	489	1.861	-8,4%
PMSO Ajustado/Consumidor (12m)	247	242	251	218	309	528	349	281	259	271	276	241	324	497	332	293	4,0%
Δ% PMSO por Consumidor	4,9%	12,3%	10,1%	10,5%	4,7%	-5,8%	-4,9%										
PMSO Ajustado + Compensações/Consumidor (12m)	256	258	268	227	344	564	400	307	271	283	294	251	343	531	362	311	1,2%
Δ% PMSO + Compensações por Consumidor	5,8%	9,5%	9,5%	10,6%	-0,5%	-5,9%	-9,4%										

MARANHÃO

No comparativo entre trimestres, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, aumentou 4,9%, totalizando R\$ 259. O PMSO ajustado do período aumentou 4,7%, ou R\$ 7,9 milhões maior do que no mesmo período do ano anterior.

O aumento do trimestre vem principalmente da linha de **Pessoal** (R\$ 5 milhões) e de **Material** (R\$ 3 milhões). Na linha de pessoal o aumento se deve ao reajuste salarial e aumento de *headcount*, além dos efeitos de ILP que representaram R\$ 12 milhões, que foram parcialmente compensados pelo maior compartilhamento de despesas operacionais com as demais distribuidoras. Enquanto em material o crescimento foi causado pela aquisição de materiais de informática e EPI/EPC.

A **PECLD** atingiu R\$ 59 milhões no 2T26 e representa 2,37% da ROB, um aumento de R\$ 38 milhões em comparação com o 2T25. O aumento reflete principalmente o maior envelhecimento da dívida, concentrado principalmente nos segmentos residencial e varejo, influenciado pelo percentual médio do reajuste tarifário do MA de 17,90%. A atualização da matriz de PECLD respondeu por R\$ 8,7 milhões.

PARÁ

No 2T26, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, aumentou 12,3%, totalizando R\$ 271. O PMSO ajustado do período atingiu R\$ 228 milhões, 14,6% maior que o 2T25, ou R\$ 29,1 milhões.

O aumento do PMSO Ajustado no trimestre está concentrado principalmente na linha de **Serviços de Terceiros** (R\$ 14 milhões) decorrente de consultorias, custos de cobrança com periculosidade e custos de manutenção. Na linha de **Outros** (R\$ 8 milhões) grande parte do crescimento é referente a antecipação da janela de contribuições ao Instituto Equatorial, que em 2025 foram pagos no terceiro trimestre.

Comentário do Desempenho

No 2T26, a **PECLD** alcançou R\$ 76 milhões, representando 2,18% da ROB, demonstrando um aumento de apenas R\$ 2 milhões na comparação com o 2T25 influenciada pelo envelhecimento de faturas do poder público, no entanto apresentou redução de 0,25 p.p. na relação sobre a ROB. A atualização da matriz contribuiu positivamente para reduzir a provisão em R\$ 2 milhões no período.

PIAUI

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 276, um aumento de 10,1% contra o 2T25, enquanto o PMSO ajustado cresceu 8,9%, ou R\$ 8,9 milhões.

Essa variação é fruto principalmente da linha de **Pessoal** (R\$ 10 milhões) que foi impactada pela maior provisão de PLR (R\$ 3 milhões), reajuste salarial e aumento de headcount.

A **PECLD** do trimestre foi de R\$ 30 milhões, 2,21% da ROB, um aumento de R\$ 12 milhões em comparação com o 2T25. O efeito da atualização da matriz impactou negativamente em R\$ 6,2 milhões, além da maior inadimplência das classes residenciais e envelhecimento da dívida.

ALAGOAS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 241, 10,5% maior que o 2T25, enquanto o PMSO ajustado cresceu 11,5%, ou R\$ 8,7 milhões.

O aumento do PMSO do trimestre foi concentrado na linha de **Pessoal**, que cresceu R\$ 12 milhões, por reajuste salarial, aumento de horas extras e maior remuneração variável (PLR e ILP). Excluindo o ILP (R\$ 6 milhões), atrelado à performance da ação, o PMSO Ajustado teria crescido 4,5%.

Em Alagoas, a **PECLD** do trimestre foi de R\$ 2 milhões, representando 0,16% da ROB, uma redução de R\$ 10 milhões na comparação com o 2T25. O efeito de atualização da matriz foi positiva de R\$ 5,5 milhões, além da realização de grandes negociações com alguns municípios.

CEEE-D

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 324, um aumento de 4,7%. O PMSO ajustado do período caiu R\$ 6,3 milhões, ou 3,9% em relação ao 2T25.

A queda no PMSO tem como principal efeito a redução na linha de **Materiais** (R\$ 17 milhões), devido a reclassificação de itens de investimento que haviam sido lançados equivocadamente em materiais. Esse efeito foi parcialmente reduzido pelo aumento na linha de **Pessoal** (R\$ 9 milhões), por atualização do compartilhamento de despesas e bonificação de funcionários corporativos (R\$ 4 milhões) e multas de FGTS.

A **PECLD/ROB** do período atingiu uma reversão de - 0,05%, ou - R\$ 1 milhão, uma redução de R\$ 5 milhões na comparação com o 2T25, positivamente impactada pela atualização da matriz.

CEA

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 497, valor 5,8% menor que o mesmo período do ano anterior. O PMSO ajustado da CEA foi de R\$ 32 milhões, 0,6% menor que o 2T25, praticamente estável, refletindo a realocação de custo via primarização, reduzindo a linha de Materiais em R\$ 1 milhão em otimização de EPI e EPC.

Comentário do Desempenho

No 2T26, a **PECLD/ROB** foi de 0,49% ou R\$ 3 milhões, uma redução de R\$ 2 milhões na comparação com o 2T25, impactada positivamente pela atualização da matriz.

GOIÁS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 332 no 2T26, resultado 4,9% menor no comparativo com 2T25. O PMSO ajustado foi de R\$ 314 milhões, 5% maior que o mesmo período do ano anterior, ou R\$ 14,8 milhões.

O aumento do PMSO Ajustado no trimestre foi concentrado na linha de **Pessoal** (R\$ 44 milhões) concentrado no provisionamento de remuneração variável e incentivos de longo prazo (ILP) de R\$ 14 milhões, influenciado pela performance e pela cotação da ação. O período também refletiu o avanço da primarização (com a internalização de equipes em Uruaçu, +416 vagas), reajustes contratuais e inflação. Excluindo remuneração variável e ILP, o PMSO ajustado teria crescido 0,4% no trimestre. Esses valores são parcialmente compensados pela redução de **Materiais** (R\$ 8 milhões), **Serviços de Terceiros** (R\$ 17 milhões) e **outros** (R\$ 4 milhões).

No 2T26 a **PECLD** registrou R\$ 26 milhões no trimestre, ou 0,66% da ROB, um aumento de R\$ 14 milhões em relação ao 2T25, lembrando que no 2T25 GO ainda não havia adotado integralmente a metodologia da matriz de provisão de PECLD.

Comentário do Desempenho

2.6 EBITDA

Recomposição EBITDA		2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total	
(+) Resultado do Exercício	276	361	96	106	(235)	12	5	620	251	386	111	56	73	(6)	(84)	789	27,2%	
(+) Impostos sobre o Lucro	40	64	41	34	-	8	(9)	178	49	84	24	62	-	12	(56)	174	-1,9%	
(+) Resultado Financeiro	101	128	86	66	285	73	412	1.152	114	208	98	87	259	78	579	1.423	23,5%	
(+) Depreciação e Amortização	91	223	46	35	67	16	185	662	103	174	58	46	117	33	212	743	12,3%	
(=) EBITDA societário (CVM)*	508	776	269	242	117	109	593	2.612	517	852	292	250	450	117	651	3.129	20%	
Ajustes Totais	(134)	(24)	2	7	(49)	7	(37)	(228)	(58)	(130)	(12)	(8)	(302)	(0)	(50)	(560)	145,0%	
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(30)	11	2	6	(7)	3	(77)	(93)	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62	-166,0%	
(+) Impactos Margem Bruta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	N/A	
(+) Sistemas Isolados	12	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(+) Ajustes de PMSO	-	22	3	4	(6)	5	24	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(+) Ajustes Provisões	-	-	-	-	(28)	-	37	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(-) VNR	(115)	(57)	(3)	(2)	(9)	(1)	(21)	(208)	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)	44,2%	
(=) EBITDA Societário Ajustado	374	752	270	249	67	116	556	2.383	459	723	280	243	148	117	601	2.570	7,8%	
Δ%									22,8%	-3,9%	3,6%	-2,4%	120,1%	1,1%	8,0%			

*Calculado em conformidade com a instrução CVM 156/22 - EBITDA Calculado aqui não é o mesmo utilizado para os covenants

Os valores ajustados em "Outras receitas/despesas operacionais" referem-se exclusivamente a efeitos não caixa. Para fins de comparabilidade, os efeitos caixa, como custos de remoção, também foram contabilizados na base comparativa do 2T25.

MARANHÃO

No 2T26, o EBITDA ajustado por VNR e efeitos não recorrentes atingiu R\$ 459 milhões, 22,8% maior que o 2T25, ou R\$ 85 milhões.

A margem bruta ajustada do trimestre registrou crescimento de 22,9% ou R\$ 131 milhões, influenciada principalmente pela variação positiva de: (i) tarifa fio-b no valor de R\$ 130 milhões, (ii) delta perdas de R\$ 41 milhões, parcialmente compensados pela redução de R\$ 24 milhões na RNF.

O PMSO ajustado do período apresentou um aumento de R\$ 7,9 milhões, enquanto as provisões e contingências ajustadas do período aumentaram R\$ 39 milhões, em decorrência principalmente do aumento de Perdas esperadas por redução ao valor recuperável entre os trimestres.

PARÁ

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes do Pará atingiu R\$ 723 milhões, 3,9% menor que o 2T25, ou R\$ 29 milhões. Apesar do crescimento da margem bruta em 2,2%, ou 23 milhões, o resultado foi impactado pelo aumento do PMSO ajustado (R\$ 29 milhões) e aumento de R\$ 11 milhões na linha de custos de remoção, relacionado a atualização monetária de contratos de serviço e renovações contratuais. As provisões e contingências ajustadas do período se mantiveram em linha entre os trimestres.

PIAUI

No Piauí, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 280 milhões, 3,6% maior, ou R\$ 10 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A margem bruta ajustada do período aumentou 8,2% ou R\$ 32 milhões comparado ao 2T25, reflexo principalmente do aumento da tarifa fio-b (R\$ 17 milhões) e do crescimento de mercado (R\$ 8 milhões).

A linha de PECLD e Contingências ajustadas teve uma piora de R\$ 13 milhões em comparação ao 2T25, enquanto o PMSO ajustado apresentou aumento de R\$ 8,9 milhões entre períodos.

Comentário do Desempenho

ALAGOAS

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 243 milhões, R\$ 6 milhões menor que o 2T25, ou -2,4%.

A margem bruta ajustada do período teve uma queda de 3%, ou R\$ 10 milhões, principalmente em função do menor volume de energia vendido no Mercado de Curto Prazo. O efeito da alteração na contabilização do faturamento dos clientes livres foi reconhecido na linha de Renda Não Faturada (RNF), com efeito positivo de R\$ 43 milhões.

As provisões e contingências ajustadas apresentaram uma melhora de R\$ 13 milhões, enquanto o PMSO ajustado aumentou cerca de R\$ 8,7 milhões.

CEEE-D

O EBITDA ajustado do Rio Grande do Sul atingiu R\$ 148 milhões no trimestre, 120% maior que o 2T25, ou R\$ 81 milhões.

A margem bruta ajustada da CEEE-D apresentou um crescimento de 31% ou R\$ 93 milhões, principalmente em virtude de: (i) crescimento de mercado (R\$ 21 milhões), (ii) crescimento na tarifa fio-b (R\$ 24 milhões) e (iii) redução das perdas (R\$ 21 milhões) e (iv) RNF de R\$ 11 milhões.

O PMSO ajustado do período apresentou uma redução de R\$ 6,3 milhões, enquanto as provisões e contingências ajustadas do período apresentaram uma melhora de R\$ 36 milhões. Nesse trimestre, a empresa apresentou um Custo de Remoção de R\$ 71 milhões, esse valor é referente ao maior volume de capitalização de obras antes da data de corte do processo da RTP (Revisão Periódica Tarifária), pois os custos de remoção são apropriados integralmente apenas no encerramento das obras.

CEA

O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 117 milhões, com crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,0 milhão). Esse resultado reflete, principalmente, a Margem Bruta ajustada ex-VNR, que apresentou um aumento de 6,5% ou R\$ 10 milhões, aliada à redução de R\$ 0,2 milhões no PMSO entre os trimestres. Para esse trimestre, a empresa apresentou um Custo de Remoção de 11 milhões, impactado também pelo maior volume de encerramento antes da data de corte do processo de RTP da companhia.

GOIÁS

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR da Equatorial Goiás atingiu R\$ 601 milhões, um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior ou R\$ 45 milhões.

A margem bruta ajustada neste trimestre apresentou uma variação positiva de R\$ 114 milhões em função de: (i) tarifa fio-b (R\$ 32 milhões), (ii) crescimento de mercado (R\$ 50 milhões) e (iii) Renda Não Faturada (R\$ 18 milhões).

Adicionalmente, o PMSO ajustado do período apresentou um aumento de R\$ 14,8 milhões, bem como as provisões, que na visão reportada, apresentaram um aumento de R\$ 20 milhões, é explicado, principalmente, pelo efeito do aumento da PECLD (R\$ 14 milhões). Em bases ajustadas, as provisões aumentam R\$ 57 milhões, esse incremento é explicado por um efeito não recorrente de R\$ 37 MM no provisionamento de PECLD da FUNAC ocorrido no 2T25, em função de encerramento de processos em Goiás.

Comentário do Desempenho

2.7 EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA

Não Recorrentes EBITDA Distribuição	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	2T26 Total
Margem Bruta	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)
Outros Custos Não Caixa	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62
VNR	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)
Ajustes EBITDA	(58)	(130)	(12)	(8)	(302)	(0)	(50)	(560)

2.8 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total
(+) Rendas Financeiras	40	82	23	28	42	19	22	255	20	97	36	26	49	23	43	294	15,1%
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	22	35	14	9	61	3	15	160	30	50	18	13	11	5	19	146	-8,7%
(+) Encargos da dívida	(138)	(232)	(116)	(83)	(214)	(91)	(411)	(1.284)	(154)	(344)	(169)	(123)	(306)	(110)	(599)	(1.805)	40,5%
(+) Encargos CVA	(6)	(13)	1	(4)	4	5	5	(8)	5	2	22	7	20	11	30	96	-1257,5%
(+) AVP - Comercial	1	5	1	1	(15)	(0)	(1)	(9)	1	(5)	1	1	(4)	2	-	(4)	-52,2%
(+) Contingências	(2)	(3)	(3)	(4)	(29)	(3)	(14)	(57)	(6)	(4)	(3)	(3)	(31)	(3)	(32)	(84)	46,5%
(+) Outras Receitas / Despesas	(17)	(3)	(5)	(13)	(135)	(7)	(28)	(210)	(9)	(4)	(3)	(7)	2	(6)	(40)	(68)	-67,7%
Resultado financeiro	(101)	(128)	(86)	(66)	(285)	(73)	(412)	(1.152)	(114)	(208)	(99)	(87)	(259)	(78)	(579)	(1.424)	24%
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	-	(79)	N/A
Resultado financeiro ajustado	(101)	(128)	(86)	(66)	(285)	(73)	(412)	(1.152)	(114)	(208)	(99)	(87)	(337)	(78)	(579)	(1.502)	30%

Δ%

12,6% 62,6% 15,1% 31,3% 18,3% 6,3% 40,6%

2.9 LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total
(+) Lucro Líquido / Prejuízo	276	361	96	106	(235)	12	5	620	251	386	111	56	73	(6)	(84)	789	27%
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	12	22	3	4	(33)	5	61	73	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	-543,4%
(+) Efeito IR e CSLL	(5)	11	17	13	11	(1)	6	54	-	-	-	38	-	-	-	38	-29,3%
(+) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	-	(79)	N/A
(+) Outras Receitas/Despesas Não Operacionais	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
(+) VNR Líquido de IR e CSLL	(76)	(38)	(2)	(1)	(6)	(1)	(14)	(137)	(46)	(93)	(5)	(4)	(16)	(1)	(34)	(198)	44,2%
(=) Lucro Líquido / Prejuízo Ajustado	207	356	114	121	(263)	16	(21)	530	205	294	107	90	(342)	(7)	(118)	229	-57%

Δ%

-0,9% -17,4% -6,5% -26,3% 30,1% -143,3% 461,5%

2.10 INVESTIMENTOS

Investimentos Distribuidoras	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
Ativos elétricos	270	463	188	165	274	80	662	2.101	279	362	179	169	262	71	611	1.933	-8,0%
Obrigações especiais	17	358	25	3	8	13	7	430	30	329	49	10	-	23	20	460	7,1%
Ativos não elétricos	17	35	12	11	21	9	39	144	21	25	11	10	20	3	44	134	-6,5%
Projetos Estratégicos	5	12	3	3	11	6	3	43	7	8	3	3	6	1	18	46	5,9%
Total	303	856	224	179	302	102	708	2.674	330	716	239	188	282	97	675	2.527	-5%

Δ%

9,0% -16,4% 6,7% 5,2% -6,8% -4,5% -4,7%

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

2.11 IMPOSTOS

No Grupo Equatorial, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE/SUDAM (válido até 2032 para as distribuidoras Maranhão, Piauí, Alagoas e CEA; e até 2034 para a Equatorial Pará); (ii) benefício de exclusão de até 60% dos valores despendidos em PD&I do lucro líquido; e (iii) benefícios de dedução do Imposto de Renda relacionados a despesas com alimentação dos colaboradores (PAT), licença-maternidade e doações.

IRPJ / CSLL	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
R\$ Milhões							
Lair	493	911	190	224	(239)	29	(27)
Despesas IRPJ/CSLL	(118)	(177)	(48)	(83)	-	(10)	34
(+) Ativo Fiscal Diferido	46	103	(3)	31	-	-	(74)
(+) Incentivos Fiscais	109	173	18	34	-	-	-
Imposto Caixa	(72)	(75)	(50)	(51)	-	(10)	-
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	15%	8%	26%	23%	0%	33%	0%

2026						
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
629	928	234	284	33	6	(294)
(105)	(157)	(52)	(108)	-	(17)	116
45	93	39	78	-	-	(117)
108	157	30	25	-	-	-
(61)	(64)	(13)	(29)	-	(17)	(1)
10%	7%	6%	10%	0%	265%	0%

Na tabela abaixo, tem-se os ajustes por efeitos não-recorrentes:

Não recorrentes	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
Despesas IRPJ/CSLL		(37)	-	(27)	-	-	-
Ativo fiscal diferido	28	37	-	27	-	-	-
Incentivos fiscais	15	20	-	21	-	-	-

2026						
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
-	-	(2)	3	-	-	(7)
-	-	(35)	(4)	-	-	13
-	-	-	-	-	-	-

Dessa forma, a alíquota caixa das distribuidoras atinge:

IRPJ / CSLL (c/ não recorrentes)	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
R\$ Milhões							
Lair	493	911	190	224	(239)	29	(27)
Despesas IRPJ/CSLL	(75)	(158)	(48)	(62)	-	(10)	34
(+) Ativo Fiscal Diferido	18	66	(3)	4	-	-	(74)
Imposto Calculado	(57)	(92)	(50)	(58)	-	(10)	(39)
(+) Incentivos Fiscais	93	153	18	13	-	-	-
Imposto Caixa	(57)	(92)	(50)	(58)	-	(10)	-
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	12%	10%	26%	26%	0%	33%	0%

2026						
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
629	928	234	284	33	6	(294)
(105)	(157)	(90)	(109)	-	(17)	123
45	93	74	82	-	-	(129)
(61)	(64)	(16)	(26)	-	(17)	(7)
108	157	30	25	-	-	-
(61)	(64)	(16)	(26)	-	(17)	(7)
10%	7%	7%	9%	0%	265%	-2%

Comentário do Desempenho

3. RENOVÁVEIS

3.1 DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO

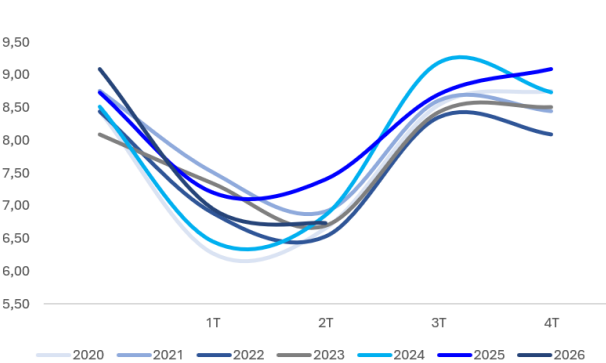
Complexos Eólicos	Geração (GWh)				Ventos (m/s)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Eólico	963,2	788,8	-18,1%	-174,5	7,4	6,7	-9,1%	-0,7
Constrained-Off	120,4	87,3	-27,5%	-33,2				
Portfólio Eólico ex Constrained-Off	1.083,7	876,0	-19,2%	-207,7				

Complexos Solares	Geração (GWh)				Irradiância Média (W/m²)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Solar	224,8	225,5	0,3%	0,6	289,1	305,7	5,7%	16,6
Constrained-Off	121,6	142,2	17,0%	20,6				
Portfólio Solar ex Constrained-Off	346,4	367,6	6,1%	21,2				

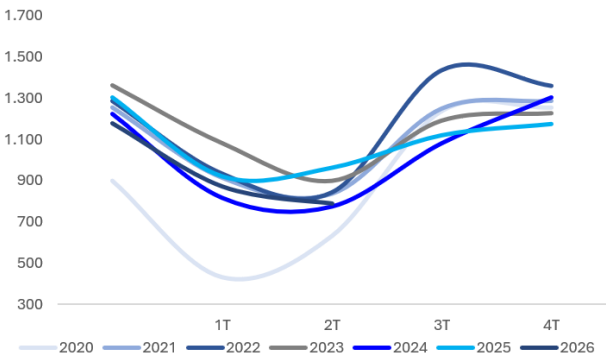
Portfólio	Geração (GWh)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Consolidado	1.188,1	1.014,2	-14,6%	-173,9
Constrained-Off	242,0	229,4	-5,2%	-12,6
Portfólio ex Constrained-Off	1.430,1	1.243,7	-13,0%	-186,4

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [clique aqui](#).

MÉDIA DOS VENTOS - PORTFÓLIO EÓLICO (m/s)



GERAÇÃO TOTAL - PORTFÓLIO EÓLICO (GWh)

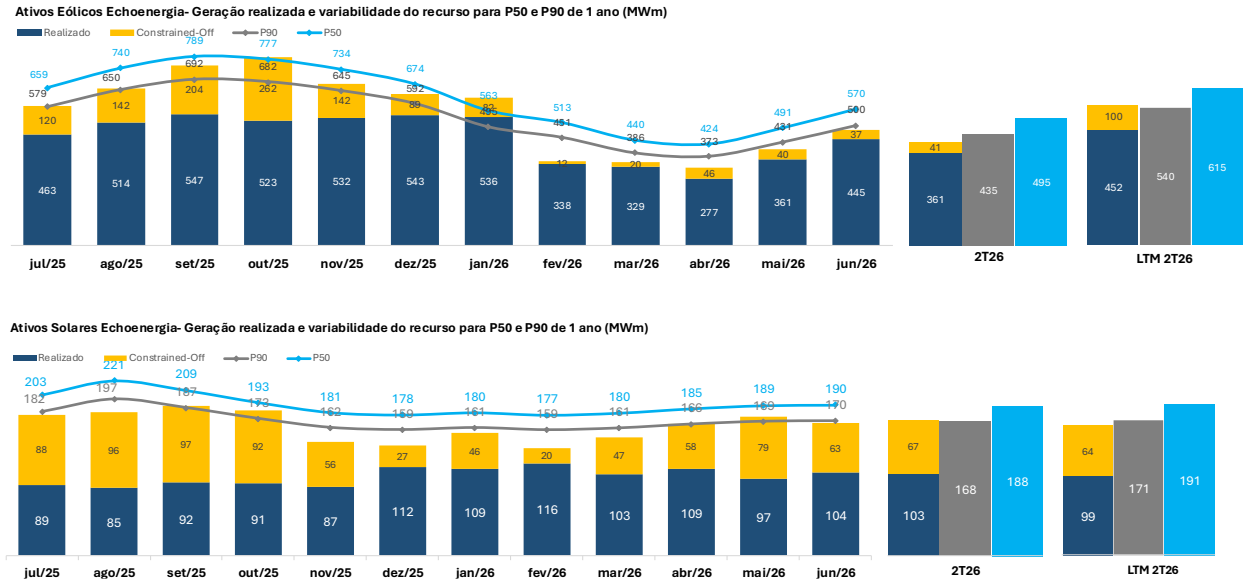
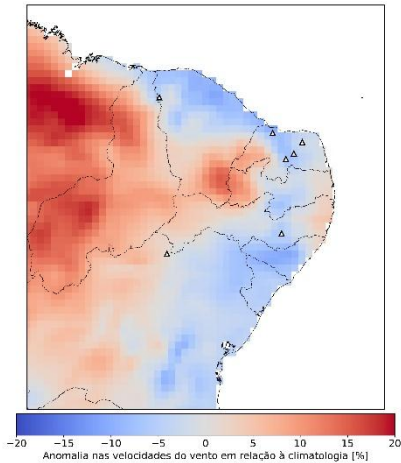


O 2T26 foi marcado por velocidades de vento abaixo da média climatológica na maior parte do Nordeste, com anomalias negativas mais acentuadas nas áreas mais a oeste da faixa costeira, abrangendo trechos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Na comparação com o 2T25, a velocidade média dos ventos nos complexos da Echoenergia recuou 11,4%, com parte dos ativos operando abaixo da respectiva média climatológica.

Comentário do Desempenho

A figura ao lado ilustra as anomalias de vento no 2T26 em relação à média de longo prazo, evidenciando o impacto climático negativo sobre os complexos eólicos da Echoenergia. Desconsiderando os efeitos de constrained-off, a geração do período, no centro de gravidade, se aproximou de P98 nos ativos eólicos e de P88 nos ativos solares, em ambos os casos na referência de variabilidade anual.

Os gráficos a seguir apresentam a geração de energia eólica e solar da Echoenergia nos últimos 12 meses e a visão para o 2T26, comparando-a com os valores de P50 e P90 anual revisados pela empresa. Vale destacar que essas estimativas de produção de energia são consideradas robustas, pois os estudos foram elaborados utilizando metodologias consolidadas no mercado e tem como base dados operacionais para todos os complexos eólicos.



Comentário do Desempenho

EFEITOS DO CONSTRAINED-OFF

Com base nos dados do ONS e considerando as perdas relativas ao centro de gravidade, os efeitos de constrained-off totalizaram 229 GWh no 2T26, correspondentes a um percentual de restrição de 18,4% e a um impacto financeiro estimado de R\$ 30 milhões.

O volume de energia cortada concentrou-se principalmente nos complexos solares, que responderam por 142 GWh, ou aproximadamente 62% do total do portfólio. Nesse segmento, o percentual de restrição atingiu 38,7%, com impacto financeiro estimado de R\$ 12 milhões. Nos complexos eólicos, os cortes totalizaram 87 GWh ou 10,0% e a um impacto financeiro de R\$ 18 milhões.

Em comparação com o 2T25, quando os cortes totalizaram 242 GWh e R\$ 33 milhões, o volume de constrained-off recuou aproximadamente 5%, enquanto o impacto financeiro diminuiu 9%. Apesar da redução em termos absolutos, o percentual de restrição do portfólio aumentou 1,5 ponto percentual, passando de 16,9% no 2T25 para 18,4% no 2T26. A redução do volume consolidado foi determinada principalmente pelo segmento eólico, no qual os cortes diminuíram 28%, de 120 GWh para 87 GWh. No segmento solar, por outro lado, o volume restringido aumentou 16%, de 122 GWh para 142 GWh.

Quanto à natureza das restrições, os cortes de ordem energética foram predominantes, representando aproximadamente 75% do total, ou 171 GWh, com impacto financeiro estimado de R\$ 20 milhões. As restrições decorrentes de indisponibilidade externa corresponderam a cerca de 18% do total, equivalentes a 41 GWh e R\$ 6 milhões, enquanto as restrições por razões de confiabilidade representaram aproximadamente 7%, ou 17 GWh e R\$ 4 milhões. Nos complexos solares, as restrições energéticas responderam por aproximadamente 78% do volume cortado no segmento. Nos complexos eólicos essa categoria também foi predominante, representando cerca de 69% dos cortes.

		Visão ONS - Centro de Gravidade							
		Total			Confiabilidade		Indisponibilidade		Energético
Unidade		[%]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]
Eólicas	2T25	11,1%	120	21	69	12	3	1	49
	2T26	10,0%	87	18	16	4	12	2	60
	3T23 a 2T26	14,0%	1.987	381	1.335	257	129	28	523
Solares	2T25	35,1%	122	12	20	3	13	2	89
	2T26	38,7%	142	12	2	0	29	4	111
	3T23 a 2T26	32,4%	924	96	262	36	117	14	545
Portfólio	2T25	16,9%	242	33	88	14	16	2	138
	2T26	18,4%	229	30	17	4	41	6	171
	3T23 a 2T26	17,0%	2.911	477	1.597	293	246	42	1.068

A partir do 2T26, foram implementados dois ajustes metodológicos nos dados apresentados. Os valores de constrained-off passaram a considerar a base do ONS (sistema SAGER), em substituição à base interna anteriormente utilizada, e os números de geração passaram a incorporar as perdas relativas ao centro de gravidade. A comparação com o 2T25 apresentada nesta seção considera a mesma abordagem metodológica, de forma a assegurar a comparabilidade entre os períodos. Em razão desses ajustes, os valores históricos podem diferir daqueles divulgados anteriormente. Vale ressaltar que a Portaria prevê a possibilidade de contestar os valores calculados, havendo a possibilidade de ressarcimento superior ao cálculo atual da ONS.

Adicionalmente, para os eventos de constrained-off ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 estabeleceu o direito à compensação dos custos associados às restrições de geração classificadas como indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica para usinas eólicas e solares. Em julho de 2026, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Normativa nº 140/2026, regulamentando a operacionalização desse mecanismo por meio da celebração de um Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. O referido instrumento estabelece as condições para apuração, revisão, validação e pagamento das compensações elegíveis. Com base em apurações preliminares realizadas a partir da metodologia prevista na regulamentação, a Companhia estima um potencial de ressarcimento de aproximadamente R\$ 317 milhões, atualizado monetariamente pelo IPCA até junho de 2026. A efetiva compensação permanece condicionada à adesão e celebração do Termo de Compromisso, bem como à conclusão das etapas de revisão e validação dos montantes pelo ONS, CCEE e demais agentes envolvidos no processo.

Comentário do Desempenho

3.2 DESEMPENHO FINANCEIRO

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão combinando o resultado da Echo Participações com o da Echo Crescimento, veículos de geração eólica e solar do grupo, respectivamente.

DRE	Echo Participações				Echo Crescimento			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	248,5	221,6	-10,8%	(26,9)	111,5	79,6	-28,6%	(31,9)
(-) Compra de Energia	(26,1)	(32,8)	25,8%	(6,7)	(39,1)	(14,5)	-62,8%	24,5
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1
Lucro Bruto de Energia	222,5	188,8	-15,1%	(33,6)	72,3	65,1	-10,0%	(7,3)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(20,9)	N/A	N/A	-	(10,4)	N/A	N/A
Margem Bruta	222,5	168,0	-24,5%	(54,5)	72,3	54,6	-24,4%	(17,7)
Custos e Despesas Operacionais	(98,3)	(75,0)	-23,7%	23,3	(21,8)	(12,3)	-43,3%	9,4
(-) Custos de Operação e Produção de Energia	(78,6)	(64,8)	-17,6%	13,9	(18,3)	(9,1)	-50,1%	9,2
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(19,7)	(10,2)	-48,1%	9,4	(3,5)	(3,2)	-7,1%	0,2
EBITDA	124,2	93,0	-25,1%	(31,2)	50,6	42,3	-16,4%	(8,3)
Margem EBITDA (%)	50,0%	42,0%	-8p.p.	N/A	45,4%	53,1%	7,8p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)
EBITDA Ajustado	129,5	92,3	-28,8%	(37,3)	50,7	42,3	-16,4%	(8,3)
Margem EBITDA Ajustada (%)	52,1%	41,6%	-10,5p.p.	N/A	45,4%	53,2%	7,7p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,7)	(66,6)	1,3%	(0,9)	(19,4)	(19,4)	0,0%	0,0
(+/-) Resultado Financeiro	(65,3)	(68,3)	4,6%	(3,0)	(67,1)	(75,8)	13,0%	(8,7)
(-) Impostos	(16,1)	(17,6)	9,6%	(1,5)	(4,7)	(3,9)	-16,5%	0,8
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(22,9)	(59,5)	159,8%	(36,6)	(40,6)	(56,8)	-39,9%	(16,2)
Margem Líquida (%)	-9,2%	-26,8%	-17,6p.p.	N/A	-36,4%	-71,3%	-34,9p.p.	N/A

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	360,0	301,3	-16,3%	(58,8)
(-) Compra de Energia	(65,1)	(47,3)	-27,3%	17,8
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1
Lucro Bruto de Energia	294,8	253,9	-13,9%	(40,9)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(31,3)	N/A	N/A
Margem Bruta	294,8	222,6	-24,5%	(72,2)
Custos e Despesas Operacionais	(120,0)	(87,3)	-27,3%	32,7
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(96,9)	(73,9)	-23,8%	23,0
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,1)	(13,4)	-41,9%	9,7
EBITDA	174,8	135,3	-22,6%	(39,5)
Margem EBITDA (%)	48,5%	44,9%	-3,6p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)
EBITDA Ajustado	180,2	134,6	-25,3%	(45,6)
Margem EBITDA Ajustada (%)	50,0%	44,7%	-5,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,1)	(85,9)	1,0%	(0,9)
(+/-) Resultado Financeiro	(132,4)	(144,1)	8,8%	(11,7)
(-) Impostos	(20,8)	(21,5)	3,7%	(0,8)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(63,5)	(116,2)	-83,1%	(52,8)
Margem Líquida (%)	-17,6%	-38,6%	-21p.p.	N/A

LUCRO BRUTO DE ENERGIA – ECHOENERGIA

O Lucro Bruto de Energia da Echoenergia foi de R\$ 253,9 milhões no 2T26, uma redução de 13,9% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 40,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da geração 14,6% inferior ao 2T25, impactada negativamente pela menor velocidade dos ventos nas usinas eólicas e pelo maior patamar de *constrained-off* nas usinas solares. Além disso, os ganhos com operações de swap de lastro incentivado, oriundas das usinas cuja geração líquida se situou abaixo da garantia física, foram inferiores aos apurados no 2T25.

Os custos com Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição totalizaram R\$ 31,3 milhões no 2T26, refletindo a redução de MUST nos parques eólicos e solares entre os períodos.

Comentário do Desempenho

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Uso do Sistema, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de apenas R\$ 0,5 milhão.

Sendo assim, a Margem Bruta da Echoenergia foi de R\$ 222,6 milhões, uma redução de 24,5% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 72,2 milhões.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - ECHOENERGIA

Os custos e despesas operacionais da Echoenergia totalizaram R\$ 87,3 milhões no 2T26, uma redução de 27,3%, ou de R\$ 32,7 milhões, quando comparado ao 2T25. Excluindo os efeitos não-recorrentes e não-caixa de ambos os trimestres relacionados a baixas de ativos (R\$ 5,3 milhões no 2T25 e -R\$0,7 milhão no 2T26), houve uma diminuição de 23,2%, ou de R\$ 26,7 milhões. Essa variação é justificada principalmente por:

- Aumento de R\$ 4,0 milhões em despesas com pessoal, decorrente do reconhecimento da provisão dos ILP's e dos reajustes salariais e de benefícios;
- Aumento de R\$ 2,5 milhões em engenharia e gestão de O&M, devido ao reajuste inflacionário e *escalation*¹ nos contratos de manutenção dos parques eólicos;
- Aumento de R\$ 0,8 milhão em serviços de terceiros, principalmente com vigilância das usinas e consultorias relacionadas ao Plano de Mitigação de Impacto Social;
- Redução líquida de R\$ 3,2 milhões nas demais linhas, principalmente em outros custos e despesas e materiais;
- Redução de R\$ 30,8 milhões em Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Uso do Sistema, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de apenas R\$ 0,5 milhão.

RESULTADO FINANCEIRO - ECHOENERGIA

O resultado financeiro líquido da Echoenergia registrado no 2T26 foi de R\$ 144,1 milhões negativos, apresentando uma piora de R\$ 11,7 milhões, ou 8,8%, quando comparado ao 2T25. Tal variação reflete, principalmente, o aumento do IPCA, que indexa ~80% das dívidas da companhia, apurado em 1,42% no período (ante 0,93% no 2T25).

¹ *Escalation* se refere aos reajustes, em termos reais, de valores previstos em contratos de O&M de longo prazo, relacionados ao aumento da taxa de falhas naturais das máquinas e equipamentos.

Comentário do Desempenho

PROFORMA – ECHOENERGIA + EQUATORIAL RENOVÁVEIS

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão proforma combinando o resultado da Equatorial Renováveis S.A., veículo de comercialização do grupo, o qual é atualmente consolidado, na visão societária, sob a Equatorial Serviços.

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)				EQTL Renováveis			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	360,0	301,3	-16,3%	(58,8)	510,2	437,3	-14,3%	(72,9)
(-) Compra de Energia	(65,1)	(47,3)	-27,3%	17,8	(500,0)	(466,8)	-6,6%	33,2
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1	(8,9)	(26,5)	198,0%	(17,6)
Lucro Bruto de Energia	294,8	253,9	-13,9%	(40,9)	1,3	(55,9)	-4288,1%	(57,3)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(31,3)	N/A	N/A	-	(5,2)	N/A	N/A
Margem Bruta	294,8	222,6	-24,5%	(72,2)	1,3	(61,1)	-4676,1%	(62,5)
Custos e Despesas Operacionais	(120,0)	(87,3)	-27,3%	32,7	(12,8)	(9,5)	-26,2%	3,4
(-) Custos de Operação e Produção de Energia	(96,9)	(73,9)	-23,8%	23,0	(12,6)	(6,3)	-50,4%	6,4
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,1)	(13,4)	-41,9%	9,7	(0,2)	(3,2)	1288,4%	(3,0)
EBITDA	174,8	135,3	-22,6%	(39,5)	(11,5)	(70,6)	-513,5%	(59,1)
Margem EBITDA (%)	48,5%	44,9%	-3,6p.p.	N/A	-2,3%	-16,1%	-13,9p.p.	N/A
(-/+) Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)	-	-	N/A	-
(-/+) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)	8,1	26,5	225,5%	18,3
EBITDA Ajustado	180,2	134,6	-25,3%	(45,6)	(3,4)	(44,1)	-1206,1%	(40,8)
Margem EBITDA Ajustada (%)	50,0%	44,7%	-5,4p.p.	N/A	-0,7%	-10,1%	-9,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,1)	(85,9)	1,0%	(0,9)	(0,1)	(0,1)	-24,8%	0,0
(+/-) Resultado Financeiro	(132,4)	(144,1)	8,8%	(11,7)	0,2	1,2	410,8%	1,0
(-) Impostos	(20,8)	(21,5)	3,7%	(0,8)	2,8	9,0	225,5%	6,2
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(63,5)	(116,2)	-83,1%	(52,8)	(8,6)	(60,5)	-600,5%	(51,8)
Margem Líquida (%)	-17,6%	-38,6%	-21p.p.	N/A	-1,7%	-13,8%	-12,1p.p.	N/A

DRE	Proforma (Echoenergia + EQTL Renováveis)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	870,3	738,6	-15,1%	(131,7)
(-) Compra de Energia	(565,2)	(514,1)	-9,0%	51,0
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(9,0)	(26,5)	194,7%	(17,5)
Lucro Bruto de Energia	296,1	198,0	-33,2%	(98,2)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(36,5)	N/A	N/A
Margem Bruta	296,1	161,5	-45,5%	(134,6)
Custos e Despesas Operacionais	(132,9)	(96,8)	-27,2%	36,1
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(109,5)	(80,1)	-26,8%	29,4
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,3)	(16,6)	-28,7%	6,7
EBITDA	163,3	64,7	-60,4%	(98,6)
Margem EBITDA (%)	18,8%	8,8%	-10p.p.	N/A
(-/+) Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)
(-/+) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	8,2	26,5	221,9%	18,3
EBITDA Ajustado	176,8	90,5	-48,8%	(86,3)
Margem EBITDA Ajustada (%)	20,3%	12,2%	-8,1p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,2)	(86,0)	1,0%	(0,8)
(+/-) Resultado Financeiro	(132,1)	(142,8)	8,1%	(10,7)
(-) Impostos	(18,0)	(12,5)	-30,4%	5,5
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(72,1)	(176,7)	-145,1%	(104,6)
Margem Líquida (%)	-8,3%	-23,9%	-15,6p.p.	N/A

LUCRO BRUTO DE ENERGIA – EQTL RENOVÁVEIS

O Lucro Bruto de Energia da EQTL Renováveis foi de R\$ 55,9 milhões negativos no 2T26, uma redução de 57,3 milhões quando comparado ao 2T25. Excluindo o efeito não-caixa da marcação a mercado (MtM) dos contratos de trading nos períodos, o Lucro Bruto foi de R\$ 29,5 milhões negativos no 2T26, uma redução de R\$ 39,7 milhões contra o mesmo período do ano anterior. Essa queda é explicada, principalmente, pela maior exposição à aquisição de energia no mercado livre para recomposição de lastro em um cenário de elevada volatilidade de preços e pelos custos adicionais com modulação horária oriundos do descasamento entre as compras do portfólio de geração solar e a entrega contratual.

Comentário do Desempenho

Os custos com Encargos de Comercialização totalizaram R\$ 5,2 milhões no 2T26, em virtude do maior volume de energia entregue ao consumidor final no mercado varejista entre os períodos. Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Comercialização, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de R\$ 1,5 milhão.

Sendo assim, a Margem Bruta da EQTL Renováveis, excluindo o efeito do MtM, de ambos os períodos, foi de R\$ 34,7 milhões negativos no 2T26, uma redução de R\$ 44,9 milhões quando comparado ao mesmo período do ano passado.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – EQTL RENOVÁVEIS

Os custos e despesas operacionais da EQTL Renováveis totalizaram R\$ 9,5 milhões no 2T26, uma redução de 26,2%, ou de R\$ 3,4 milhão, quando comparado ao 2T25. Essa variação é justificada principalmente por:

- Aumento de R\$ 0,6 milhão em pessoal, reflexo da curva de contratação da equipe de vendas, do crescimento do compartilhamento de despesas da Echoenergia e dos ajustes em salários e benefícios;
- Aumento de R\$ 0,8 milhão em outros custos e despesas – contemplando PECLD, despesas jurídicas e legais, viagens, entre outros;
- Redução de R\$ 1,0 milhão em serviços de terceiros, devido principalmente ao menor patamar de gastos com honorários advocatícios e emolumentos BBCE;
- Redução de R\$ 5,2 milhões em Encargos de Comercialização.

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Comercialização, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de R\$ 1,5 milhão.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

4. SANEAMENTO

Indicadores Operacionais - Água	2T25	2T26	Δ%
Economias faturadas (mil)	99,570	93,412	-6,2%
Volume Faturado (mil m ³)	5.532,521	5.200,786	-6,0%
Índice de cobertura (%)	70%	72%	1,7 p.p.
Índice de Perda da Distribuição (%)	65%	67%	2,7 p.p.

Indicadores Operacionais - Esgoto	2T25	2T26	Δ%
Economias faturadas (mil)	18,6	18,9	2,0%
Volume Faturado (mil m ³)	1.019,0	1.139,6	11,8%
Índice de cobertura (%)	15%	16%	0,6 p.p.

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

4.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

Demonstração de Resultado	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional	41,6	44,9	7,9%	3,3
Abastecimento de água e serviços de esgoto	26,5	31,4	18,8%	5,0
Receita de construção	12,9	12,0	-6,8%	-0,9
Outras receitas	2,3	1,4	-35,7%	-0,8
Deduções à receita operacional	-2,8	-3,1	10,4%	-0,3
Receita operacional líquida	38,8	41,8	7,8%	3,0
Custos de construção	-12,9	-12,0	-6,8%	0,9
Custo da Operação	-18,6	-23,3	25,0%	-4,6
PMSO	-15,5	-17,4	12,4%	-1,9
<i>Pessoal</i>	-5,1	-5,6	8,7%	-0,4
<i>Material</i>	-2,2	-2,6	20,4%	-0,4
<i>Serviços de terceiros</i>	-4,1	-5,7	41,0%	-1,7
<i>Outros</i>	-4,1	-3,4	-15,8%	0,6
PDD/Provisões	-5,0	-5,7	-13,2%	-0,7
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1,9	-0,2	-110,7%	-2,1
EBITDA	7,3	6,6	-10,4%	-0,8
(-/+ Efeitos Não Recorrentes)	0,0	0,0	N/A	0,0
EBITDA Ajustado	7,3	6,6	-10,4%	-0,8
Depreciação e amortização	-7,6	-9,6	26,2%	-2,0
Resultado financeiro	-46,8	-51,0	8,9%	-4,2
Receita financeira	1,4	1,3	-12,5%	-0,2
Despesa financeira	-48,3	-52,3	8,3%	-4,0
Tributos	0,0	0,0	N/A	0,0
Resultado do exercício Ajustado	-47,1	-54,0	14,8%	-6,9

Comentário do Desempenho

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CSA

No 2T26, a receita operacional líquida da CSA totalizou R\$ 41,8 milhões. Desconsiderando a receita de construção nos períodos, a Receita Operacional Líquida registrou crescimento de R\$ 3,9 milhões, ou 15% em relação ao 2T25. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento das receitas de abastecimento de água e serviços de esgoto, que avançaram 18,8%, refletindo o reajuste tarifário de 8,11%, aplicado em setembro de 2025, além da continuidade do processo de hidrometração e da evolução do consumo faturado.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - CSA

Os custos da operação totalizaram R\$ 23,3 milhões no 2T26, aumento de R\$ 4,6 milhões (25,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O PMSO atingiu R\$ 17,4 milhões, crescimento de R\$ 1,9 milhão (12,4%), refletindo aumento nas despesas com pessoal, serviços de terceiros e materiais. Na linha de serviços de terceiros, no 2T25, houve uma recuperação de R\$ 1,0 milhão relacionada ao descumprimento de obrigações contratuais por fornecedor, enquanto no 2T26 foi reconhecida despesa de R\$ 0,7 milhão com honorários advocatícios intermediários. Já o aumento em materiais acompanhou o maior volume de água captada no período.

A PECLD totalizou R\$ 5,7 milhões no trimestre, aumento de R\$ 0,7 milhão (13,2%) em relação ao 2T25, em função do crescimento do contas a receber e da maior concentração de créditos em faixas de vencimento mais antigas, que demandam maiores níveis de provisionamento.

EBITDA - CSA

O EBITDA Reportado da CSA atingiu R\$ 6,6 milhões no 2T26, redução de R\$ 0,8 milhão, ou 10,4%, em relação ao 2T25, impactado pelo aumento dos outros custos operacionais, onde tivemos reconhecimento de ganho de inventário (R\$ 1,8 milhão) e no 2T26 tivemos efeito de Perdas e desativação de Bens e Direitos (R\$ 0,2 milhão). Desconsiderando esses efeitos, o EBITDA apresentaria crescimento de 24% na comparação anual.

RESULTADO FINANCEIRO - CSA

No 2T26, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 51,0 milhões, piora de R\$ 4,2 milhões (8,9%) em relação ao 2T25. A variação decorreu, principalmente, do aumento das despesas financeiras, em função do crescimento do IPCA no comparativo entre períodos.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

5. EQUATORIAL SERVIÇOS

Demonstração de Resultado ¹	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional Bruta	89,5	108,8	21,6%	19,3
Deduções	(11,3)	(13,2)	16,5%	(1,9)
Receita Operacional Líquida	78,2	95,6	22,3%	17,4
Custos Operacionais	(2,2)	(2,5)	16,4%	(0,4)
Despesas Operacionais	(41,2)	(53,3)	29,4%	(12,1)
EBITDA	34,8	39,8	14,2%	5,0
Margem EBITDA	44,6%	41,6%	-6,6%	N/A
EBITDA Ajustado	34,8	39,8	14,2%	5,0
Depreciação e Amortização	(7,3)	(8,1)	10,6%	(0,8)
Resultado do serviço (EBIT)	27,6	31,7	15,2%	4,2
Resultado financeiro	(3,0)	(1,8)	-41,4%	1,2
Equivalência	-	-	-	-
Tributos	(9,3)	(8,7)	-6,0%	0,6
Lucro Líquido	15,3	21,3	39,2%	6,0

¹ Os resultados apresentados excluem os efeitos da Comercializadora

DESEMPENHO FINANCEIRO – SERVIÇOS

O resultado da Equatorial Serviços reflete o desempenho positivo das linhas de Afinidades (arrecadação e vendas) e Digital, além de um crescimento expressivo na Equatorial Telecom e Enova. A Equatorial Telecom registrou crescimento de 66,7% na Receita Operacional Líquida, impulsionado principalmente pela expansão das linhas de Revenda e Dados, esta última beneficiada por novos contratos de conectividade e pela regularização contratual. No canal Digital, a receita avançou R\$ 3,9 milhões na Equatorial Serviços, sustentada pela maior adesão dos clientes aos serviços de autoatendimento e às campanhas de fatura digital via WhatsApp.

A Enova também contribuiu positivamente para o resultado, com crescimento de 25,0% na Receita Operacional Líquida, impulsionado pela evolução das linhas de Assinatura, em função do faturamento integral da energia gerada para a Associação, e de Locação, refletindo a incorporação societária de novas usinas.

O EBITDA Ajustado consolidado atingiu R\$ 39,8 milhões, crescimento de 14,2% em relação ao 2T25, refletindo principalmente o desempenho da Equatorial Telecom e da Enova. Na Enova, o EBITDA foi impactado por uma base de comparação mais elevada em despesas com pessoal, em razão da reversão de provisão de PLR registrada no 2T25. Desconsiderando esse efeito não recorrente, o EBITDA da companhia apresentou crescimento orgânico de R\$ 1,6 milhão.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

6. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguarção limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguarção limitada sobre outras contas a receber; asseguarção limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras proforma e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

**Informações contábeis intermediárias em
30 de junho de 2026**

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D****Informações Contábeis Intermediárias****Índice**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	17
8	PARTES RELACIONADAS	19
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
10	INTANGÍVEL	21
11	ATIVOS DE CONTRATO	21
12	FORNECEDORES	22
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
14	DEBÊNTURES	24
15	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	25
16	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	26
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	27
18	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	29
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	30
20	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	31
21	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34
22	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	35
23	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	36
24	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	36
25	RESULTADO FINANCEIRO	37
26	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
27	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	41
28	COMPROMISSOS FUTUROS	42
29	EVENTOS SUBSEQUENTES	42

Notas Explicativas**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D****Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025****(Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.333.566	466.065	Fornecedores	12	575.951	731.373
Aplicações financeiras	5	123.468	890.697	Fornecedores - risco sacado	12.1	60.934	60.757
Contas a receber de clientes	6	1.157.611	1.163.475	Empréstimos e financiamentos	13	917.849	128.860
Almoxarifado		28.448	36.416	Debêntures	14	171.215	147.139
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	336.453	256.187	Passivo de arrendamento		1.542	1.456
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		79.649	59.726	Impostos e contribuições a recolher	15	580.891	249.579
Depósitos judiciais	17	2.369	4.887	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		3	16
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	436.413	171.104	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	36.993	86.609
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	12.128	7.305	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		19.311	16.909
Serviços pedidos		98.802	154.067	Contribuição de iluminação pública		19.524	20.401
Outras contas a receber		211.849	204.488	Encargos setoriais		73.654	73.635
Total do ativo circulante		3.820.756	3.414.417	Participação nos lucros		804	5.084
				Provisão para riscos judiciais	17	423.327	409.941
Não circulante				Benefício pós-emprego		112.887	105.454
Contas a receber de clientes	6	135.859	135.858	Outras contas a pagar		133.029	192.591
Serviços pedidos		50.752	50.752	Total do passivo circulante		3.127.914	2.229.804
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	490.377	184.256	Não circulante			
Depósitos judiciais	17	220.785	210.392	Empréstimos e financiamentos	13	1.728.625	2.121.823
Instrumentos financeiro derivativos	26.5	-	4.208	Debêntures	14	6.424.669	5.654.721
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	220.047	324.444	Passivo de arrendamento		3.371	4.149
Benefício pós-emprego		14	12	Impostos e contribuições a recolher	15	1.805.907	2.630.360
Ativo financeiro da concessão	9	1.443.538	1.116.348	Encargos setoriais		75.022	57.667
Intangível	10	4.270.520	3.334.730	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	527.277	154.801
Ativos de contrato	11	339.140	1.215.790	Instrumentos financeiro derivativos	26.5	134.300	-
Direito de uso		4.408	5.173	Provisão para riscos judiciais	17	621.716	597.000
Outras contas a receber		1.365	1.156	Benefício pós-emprego		704.073	723.135
Total do ativo não circulante		7.176.805	6.583.119	Outras contas a pagar		96.037	92.620
				Total do passivo não circulante		12.120.997	12.036.276
				Patrimônio líquido negativo			
				Capital social	19.1	3.385.861	3.385.861
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.036.303)	(1.020.717)
				Reserva de capital		2.064	1.865
				Prejuízos acumulados		(6.602.972)	(6.635.553)
				Total do Patrimônio líquido negativo		(4.251.350)	(4.268.544)
Total do ativo		10.997.561	9.997.536	Total do passivo e Patrimônio líquido negativo		10.997.561	9.997.536

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	21	1.860.383	3.619.206	1.406.243	2.968.569
Custos com Energia Elétrica	23	(842.094)	(1.734.886)	(796.685)	(1.565.776)
Custo de construção		(281.750)	(589.774)	(302.308)	(610.502)
Custo da operação		(158.544)	(300.489)	(141.969)	(265.991)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	(1.282.388)	(2.625.149)	(1.240.962)	(2.442.269)
Lucro bruto		577.995	994.057	165.281	526.300
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	(48.613)	(94.427)	(49.551)	(88.128)
Despesas gerais e administrativas	22	(76.395)	(151.617)	(54.693)	(100.403)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	2.223	(24.898)	(6.794)	(36.524)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(123.037)	(125.590)	(4.452)	(29)
Total de despesas operacionais		(245.822)	(396.532)	(115.490)	(225.084)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		332.173	597.525	49.791	301.216
Receitas financeiras	25	422.494	890.602	202.608	523.467
Despesas financeiras	25	(681.279)	(1.455.546)	(487.727)	(1.063.393)
Resultado financeiro		(258.785)	(564.944)	(285.119)	(539.926)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Lucro (prejuízo) do período		73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Resultado básico e diluído por ação ordinária	19.2	1,07520	0,47734	(3,44778)	(3,49733)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	19.2	1,07520	0,47734	(3,44778)	(3,49733)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		68.255	68.255	68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período	73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i>	81.920	79.461	75.629	79.461
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	81.920	79.461	75.629	79.461
Total resultados abrangentes	155.308	112.042	(159.699)	(159.249)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	203	-	-	203
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.5	-	-	79.461	-	79.461
Prejuízo do período		-	-	-	(238.710)	(238.710)
Saldos em 30 de junho de 2025		3.385.861	1.773	(995.332)	(6.169.679)	(3.777.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	91	-	-	91
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching Shares</i>	20.3	-	108	-	-	108
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.5	-	-	(15.586)	-	(15.586)
Lucro do período		-	-	-	32.581	32.581
Saldos em 30 de junho de 2026		3.385.861	2.064	(1.036.303)	(6.602.972)	(4.251.350)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período	32.581	(238.710)
Ajustes para:		
Amortização	199.150	112.440
Baixa de intangível, financeiro e contratual	28.895	8.364
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	493.383	245.998
Marcação a valor justo da dívida	(69.060)	(60.182)
Provisão para riscos judiciais	102.599	98.926
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	24.898	36.524
Baixa de recebíveis incobráveis	1.332	1.337
Ajuste a valor presente	(1.383)	11.367
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	153.061	208.350
Atualização do ativo financeiro	(39.283)	(46.863)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	28.323	24.229
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	(215.062)	(148.103)
Provisão para perdas de estoques	(58.807)	(41.165)
Participação nos lucros	9.310	3.246
Rendimentos de aplicações financeiras	(25.224)	(60.247)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	(79.860)	(3.419)
Plano de aposentadoria e pensão	(11.631)	-
Atualização geração distribuída	-	(220)
Valor justo das opções de compra	1.094	1.839
Subtotal	574.316	153.711
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(11.913)	(44.754)
Almoxarifado	7.968	(11.472)
Serviços pedidos	55.909	(45.891)
Impostos e contribuições a recuperar	(20.723)	(11.362)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(19.923)	2.213
Outros créditos a receber	(14.641)	56.600
Depósitos judiciais	(7.875)	(3.561)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	4.534	5.129
Fornecedores	(164.244)	32.887
Fornecedores - risco sacado	177	11.347
Impostos e contribuições a recolher	(406.469)	153.070
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	860	(730)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(33.822)	(26.948)
Benefício pós emprego	-	(815)
Contribuição de iluminação pública	(877)	(633)
Encargos setoriais	(11.593)	(18.291)
Participação nos lucros	(13.590)	(7.869)
Provisão para riscos judiciais	(64.497)	(48.241)
Outras contas a pagar	(57.040)	(4.132)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de operacionais	(757.759)	36.547
Juros recebidos de aplicações financeiras	38.927	6.221
Imposto de renda e contribuição social pagos	(873)	-
Juros pagos	(438.390)	(297.335)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	(583.779)	(100.856)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativos de contrato	(464.188)	(518.336)
Aplicação (resgate) das aplicações financeiras	753.526	63.462
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	289.338	(454.874)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	495.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(82.842)	(8.261)
Captação de debêntures, líquida dos custos de transação	750.000	700.000
Amortização do passivo de arrendamento	(716)	(598)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.161.942	691.141
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	867.501	135.411
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	466.065	83.929
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.333.566	219.340
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	867.501	135.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	4.637.639	3.602.192
Receitas de construção	589.774	610.502
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(24.898)	(36.524)
Outras receitas	(1)	-
Subtotal	5.202.514	4.176.170
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.324.660)	(2.176.278)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(265.553)	(272.810)
Outras despesas	(165.225)	(37.724)
Subtotal	(2.755.438)	(2.486.812)
Valor adicionado bruto	2.447.076	1.689.358
Amortização	(199.150)	(112.440)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.247.926	1.576.918
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	910.564	532.542
	910.564	532.542
Valor adicionado total a distribuir	3.158.490	2.109.460
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	38.862	37.164
Benefícios	11.632	10.999
FGTS	8.029	5.158
Subtotal	58.523	53.321
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	993.295	710.063
Estaduais	616.982	518.552
Municipais	9	68
Subtotal	1.610.286	1.228.683
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	667.550	697.423
Aluguéis	370.452	2.773
Outras despesas financeiras	419.098	365.970
Subtotal	1.457.100	1.066.166
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do período	32.581	(238.710)
	32.581	(238.710)
Valor adicionado	3.158.490	2.109.460

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

**1 Contexto operacional**

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia” ou “CEEE-D”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (“Equatorial Participações”), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2026, 2.031.198 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Para suportar essa avaliação, no período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve as ações de faturamento e cobrança.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 692.842 (R\$ 1.184.613 em 31 de dezembro de 2025), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo de R\$ 597.525 (R\$ 301.216 em 30 de junho de 2025).

A Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 583.779 e lucro de R\$ 32.581 em 30 de junho de 2026 (caixa operacional negativo R\$ 100.856 e prejuízo de R\$ 238.710, em 30 de junho de 2025). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Fortalecimento das ações de cobrança;
- (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativas nº 13 - Empréstimos e financiamentos e 14 - Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia;
- (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 145 equipes de combate às perdas em relação ao período findo de 30 de junho de 2025 e para o período findo em 30 de junho de 2026 foram mantidas 105 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e
- (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



1.2 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 30 de junho de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.886 (R\$ 4.800 em 30 de junho de 2025).

Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2026.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos foram iniciados em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar nº 214/2025, de modo que o período de teste não representa ônus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo a decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia com as obrigações acessórias e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos dos itens 4.43, alínea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS, à forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis	Vigência
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (<i>derecognition</i>) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (<i>power purchase agreements</i> — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (<i>own-use</i>), permite a designação desses contratos como instrumentos de <i>hedge</i> em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	Sem impactos relevantes.	01/01/2026

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Avaliação de possíveis impactos	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, [JS1] e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A norma substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	21.923	28.815
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	931.456	437.250
Operações compromissadas	380.187	-
Subtotal de equivalentes de caixa	1.311.643	437.250
Total	1.333.566	466.065

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 30 de junho de 2026, equivale a 99,82% do CDI (101,57% em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	123.468	868.154
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	22.543
Total	123.468	890.697

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 103,33% do CDI (102,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	229.013	117.884	385.602	732.499	257.080	105.488	392.889	755.457
Industrial	7.136	4.340	9.985	21.461	9.610	2.144	10.425	22.179
Comercial	74.366	29.252	103.883	207.501	104.107	29.274	105.966	239.347
Rural	21.092	15.276	29.729	66.097	26.404	9.689	24.939	61.032
Poder público	17.160	6.465	1.279	24.904	13.430	1.795	775	16.000
Iluminação pública	7.785	2.457	3.073	13.315	12.022	2.470	3.470	17.962
Serviço público	7.182	1.569	400	9.151	4.387	1.403	234	6.024
Contas a receber de consumidores faturados	363.734	177.243	533.951	1.074.928	427.040	152.263	538.698	1.118.001
Residencial	84.909	17.434	167.309	269.652	83.433	16.733	160.926	261.092
Industrial	2.017	237	4.467	6.721	2.474	148	4.520	7.142
Comercial	43.492	3.025	66.395	112.912	45.808	3.966	67.223	116.997
Rural	25.185	938	5.197	31.320	26.771	830	4.666	32.267
Poder público	77.750	216	79	78.045	78.964	79	25	79.068
Iluminação pública	39.991	1.380	96	41.467	44.245	550	28	44.823
Serviço público	12	51	-	63	16	1	-	17
Parcelamentos (a)	273.356	23.281	243.543	540.180	281.711	22.307	237.388	541.406
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	281.102	-	-	281.102	284.340	-	-	284.340
Baixa renda (c)	18.567	-	-	18.567	19.305	-	-	19.305
Outras	54.910	-	-	54.910	38.167	-	-	38.167
Subtotal	991.669	200.524	777.494	1.969.687	1.050.563	174.570	776.086	2.001.219
(-) PECLD	(63.872)	(40.471)	(571.874)	(676.217)	(65.145)	(33.473)	(603.268)	(701.886)
Total	927.797	160.053	205.620	1.293.470	985.418	141.097	172.818	1.299.333
Circulante				1.157.611				1.163.475
Não circulante				135.859				135.858

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R\$ 180.694 em 30 de junho de 2026 (R\$ 182.077 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R\$ 1.383, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado Financeiro;
- (b) As contas a receber de clientes de consumidores não faturados, corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2025	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(425.314)	(5.084)	32.592	(397.806)
Parcelamentos	(238.568)	(19.623)	9.631	(248.560)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.739)	(8)	-	(6.747)
Outras (a)	(31.265)	6.880	1.281	(23.104)
Total	(701.886)	(17.835)	43.504	(676.217)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida no período findo em 30 de junho de 2026, gerou uma provisão, no montante de R\$ 17.835, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 17.646 e R\$ 189, respectivamente, conforme notas explicativas nº 22 – Custo do serviço e despesas operacionais e nº 25 – Resultado financeiro. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem representação de períodos anteriores.

Notas Explicativas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	30/06/2026
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	155.407	70.729	(81.641)	11.369	-	-	155.864
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	11.887	(4.912)	(7.671)	359	-	-	(337)
Rede básica (b)	68.501	29.160	(28.472)	4.523	-	-	73.712
Compra de energia CVA (c)	391.921	94.957	(80.619)	27.088	-	-	433.347
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(15.347)	17.415	1.405	(650)	-	-	2.823
Transp. Itaipú	6.286	2.480	(1.773)	414	-	-	7.407
Subtotal	618.655	209.829	(198.771)	43.103	-	-	672.816
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	42.769	85.799	7.927	4.990	-	-	141.485
Neutralidade (f)	(46.589)	(49.023)	26.234	(2.384)	-	-	(71.762)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.803)	(18.752)	15.456	(470)	-	-	(50.569)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	70	-	50.506	(960)	-	(49.616)	-
Risco hidrológico	(191.385)	-	23.464	(5.037)	-	-	(172.958)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(6.856)	-	3.790	(268)	(4.534)	-	(7.868)
Outros	125.687	219	9.834	9.576	-	-	145.316
Subtotal	(123.107)	18.243	137.211	5.447	(4.534)	(49.616)	(16.356)
Total	495.548	228.072	(61.560)	48.550	(4.534)	(49.616)	656.460
Circulante							
Valores a receber	533.934						753.545
Valores a devolver	(362.830)						(317.132)
Efeito líquido ativo (passivo)	171.104						436.413
Não circulante							
Valores a receber	509.753						339.626
Valores a devolver	(185.309)						(119.579)
Efeito líquido ativo (passivo)	324.444						220.047
Efeito líquido total	495.548						656.460

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 70.729;
- (b) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelo aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2026, o que resultou em custos com a Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no valor de R\$ 29.160;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 93.556; (ii); o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 165.917 e (iii) o efeito positivo de R\$ 22.596 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição positiva de R\$ 94.957;
- (d) A constituição positiva decorre, principalmente, da insuficiência da cobertura tarifária dos encargos setoriais ESS (Encargo de Serviço do Sistema), EER (Encargo de Energia de Reserva) e ERCAP (Encargo de Energia de Reserva de Capacidade) frente aos custos efetivamente incorridos pela distribuidora. O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição positiva de R\$ 17.415;
- (e) A constituição ativa (positiva) de R\$ 85.799 deve-se ao cenário de receitas com a venda no mercado de curto prazo do excedente de energia inferior aos custos decorrentes da Exposição financeira e cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário;
- (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimentos de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 49.023; e
- (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 18 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzido do Fator X. A cada 5 anos é feita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, quando também é feito a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.106 (R\$ 73.808 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 5.271 (R\$ 126.581 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R\$ 8.835 (R\$ 52.773 negativos em 31 de dezembro de 2025) recebendo por meio da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas a seguir:

		30/06/2026		31/12/2025		30/06/2025	
Companhias		Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	
Outras contas a receber							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.722	3.492	2.334	2.149		
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.149	4.505	748	3.458		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	638	1.347	226	1.155		
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	972	1.948	307	1.314		
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	240	640	70	512		
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.261	4.780	658	4.774		
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	14		
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	13		
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	20		
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	50		
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	15		
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	17		
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	27		
Total		7.982	16.712	4.343	13.518		
Outros créditos a receber (bens materiais)							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.448	-	2.116	-		
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.127	-	1.786	-		
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.315	-	-	-		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.146	-	107	-		
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.738	-	797	-		
Total		12.774	-	4.806	-		
Fornecedores							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(3)	-		
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(433)	-	-	-		
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(46)	-	(3.222)	-		
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(818)		
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(730)		
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(167)		
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.916)		
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(876)		
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.031)		
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.031)		
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(e)	(1.831)	-	(115)	-		
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(952)	(511)	(2.342)	(451)		
Equatorial Serviços S.A.	(f)	(3.923)	(10.649)	(5.874)	(14.977)		
Total		(7.185)	(11.160)	(11.556)	(21.997)		
Outras contas a pagar							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(8.283)	(16.135)	(4.323)	(11.130)		
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.356)	(4.310)	(818)	(4.017)		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.104)	(1.967)	(344)	(1.699)		
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(744)	(1.439)	(300)	(1.516)		
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(113)	(250)	(43)	(471)		
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.059)	(3.878)	(713)	(4.102)		
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(5)		
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(14)		
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(7)		
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(320)		
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(5)		
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(6)		
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(9)		
Instituto Equatorial	(k)	-	(500)	-	(500)		
Equatorial S.A.	(g)	-	-	(3.312)	(16.076)		
Controladora indireta							
Entidade é plano de benefício pós-emprego							
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV		-	(42)	-	(91)		
Total		(14.659)	(28.521)	(9.853)	(39.968)		
Investimentos em serviço – (bens em comodato)							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	105	(105)	107	(107)		

- (a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (b) Os valores são provenientes da venda de materiais;
- (c) Os valores são provenientes da compra de materiais;
- (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (g) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (h) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (i) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (j) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas janeiro a junho de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e
- (k) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R\$ 6.077, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R\$ 6.100, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos estão apresentados na nota explicativa nº 20 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Total Remuneração fixa anual	518	1.181	483	1.573
Salário ou Pró-labore	504	1.153	469	1.545
Benefícios diretos e indiretos	14	28	14	28
Total Remuneração variável	918	918	608	608
Total Remuneração baseada em ações	1.943	2.202	252	413
Benefícios pós emprego	21	35	-	-
Total	3.400	4.336	1.343	2.594

8.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	30/06/2026
Ativo financeiro	1.312.204	46.095	291.294	(3.387)	1.646.206
Obrigações especiais	(195.856)	(6.812)	-	-	(202.668)
Total	1.116.348	39.283	291.294	(3.387)	1.443.538

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/06/2026		
Em serviço	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Em serviço	4,36%	7.206.408	(2.753.833)	(182.055)
Total		7.206.408	(2.753.833)	(182.055)

		31/12/2025		
Em serviço	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Em serviço	4,44%	6.089.192	(2.570.325)	(184.137)
Total		6.089.192	(2.570.325)	(184.137)

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	30/06/2026
Em serviço	6.089.192	-	(48.350)	1.165.566	7.206.408
(-) Amortização	(2.570.325)	(206.350)	22.842	-	(2.753.833)
Total em serviço	3.518.867	(206.350)	(25.508)	1.165.566	4.452.575
Obrigações especiais	(315.386)	-	-	(5.907)	(321.293)
(-) Amortização	131.249	7.989	-	-	139.238
Total em obrigações especiais	(184.137)	7.989	-	(5.907)	(182.055)
Total	3.334.730	(198.361)	(25.508)	1.159.659	4.270.520

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (b)	1.477.329	530.967	(1.165.566)	(291.294)	551.436
(-) Provisão para perda de estoque e obras	(147.704)	58.807	-	-	(88.897)
Obrigações especiais	(113.835)	(15.471)	5.907	-	(123.399)
Total	1.215.790	574.303	(1.159.659)	(291.294)	339.140

(a) O montante de R\$ 574.303 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no período. Deste total, R\$ 464.188 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 27.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 8.822 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 36.224 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 6.262 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos e R\$ 58.807, refere-se a reversão de provisão para perda de estoque; e

(b) A Companhia possui, em 30 de junho de 2026, o saldo de almoxarifado de R\$ 294.447 (R\$ 364.460 em 31 de dezembro de 2025), classificados como ativos de contrato, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	276.014	311.910
Encargos de uso da rede elétrica	131.097	122.169
Materiais e serviços	161.655	285.738
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	7.185	11.556
Total	575.951	731.373

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 35.896 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 9.629 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de R\$ 26.267 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 60.934 (R\$ 60.757 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa da Companhia em R\$ 293.235, no período findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 476.469 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026 o prazo médio de pagamento destes títulos é de 33 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira							
CDI	0,98% até 1,85%	827.650	517.170	1.344.820	75.059	861.806	936.865
Subtotal		827.650	517.170	1.344.820	75.059	861.806	936.865
Moeda nacional							
PRÉ-FIXADO	2,35%	42.244	260.088	302.332	6.129	292.741	298.870
CDI	0,34% até 1,10%	30.420	791.812	822.232	30.695	804.899	835.594
IPCA	7,38%	18.134	166.827	184.961	17.576	169.949	187.525
Subtotal		90.798	1.218.727	1.309.525	54.400	1.267.589	1.321.989
Custo de transação		(599)	(7.272)	(7.871)	(599)	(7.572)	(8.171)
Total moeda nacional (R\$)		90.199	1.211.455	1.301.654	53.801	1.260.017	1.313.818
Total		917.849	1.728.625	2.646.474	128.860	2.121.823	2.250.683

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.801	1.260.017	75.059	861.806	2.250.683
Ingressos	-	-	-	495.500	495.500
Encargos	54.772	-	29.316	-	84.088
Variação monetária, cambial	1.354	18.591	(40.371)	2.946	(17.480)
Transferências	53.147	(53.147)	843.082	(843.082)	-
Amortizações de principal	(20.782)	-	(62.060)	-	(82.842)
Pagamentos de juros	(51.486)	-	(17.376)	-	(68.862)
Marcação a valor justo	(907)	(14.006)	-	-	(14.913)
Custo de transação (a)	300	-	-	-	300
Saldos em 30 de junho de 2026	90.199	1.211.455	827.650	517.170	2.646.474

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	917.849	35%
2027	459.780	17%
2028	119.560	5%
2029	636.730	24%
2030	104.252	4%
Após 2030	415.575	15%
Subtotal	1.735.897	65%
Custo de transação (não circulante)	(7.272)	0%
Não circulante	1.728.625	65%
Total	2.646.474	100%

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants empréstimos	Bank of America	Citibank	Santander	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1	3,2	3,1	3,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional							
CDI	-0,02% até 1,08%	163.593	5.863.789	6.027.382	138.256	5.119.278	5.257.534
IPCA	5,44% até 6,50%	13.388	600.350	613.738	13.752	578.695	592.447
Subtotal		176.981	6.464.139	6.641.120	152.008	5.697.973	5.849.981
Custo de transação		(5.766)	(39.470)	(45.236)	(4.869)	(43.252)	(48.121)
Total moeda nacional		171.215	6.424.669	6.595.884	147.139	5.654.721	5.801.860
Total		171.215	6.424.669	6.595.884	147.139	5.654.721	5.801.860

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	147.139	5.654.721	5.801.860
Ingressos	-	750.000	750.000
Encargos	359.190	-	359.190
Transferências	(3.781)	3.781	-
Pagamento de juros	(334.216)	-	(334.216)
Variação monetária, cambial	-	70.314	70.314
Marcação a valor justo (a)	-	(54.147)	(54.147)
Custo de transação (b)	2.883	-	2.883
Saldos em 30 de junho de 2026	171.215	6.424.669	6.595.884

- (a) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	171.215	3%
2028	410.127	6%
2029	1.474.818	22%
2030	1.365.000	21%
Após 2030	3.214.194	49%
Subtotal	6.464.139	98%
Custo de transação (não circulante)	(39.470)	-1%
Total Não circulante	6.424.669	97%
Total	6.595.884	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures	3ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e *EBITDA* contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	38.962	44.033
ICMS parcelamento (a)	482.389	146.557
PIS e COFINS	26.251	25.617
Parcelamento Federal	15.330	14.520
ISS	8.771	4.690
Outros	9.188	14.162
Subtotal	580.891	249.579
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	1.794.410	2.611.000
Parcelamento Federal	11.497	19.360
Subtotal	1.805.907	2.630.360
Total	2.386.798	2.879.939

- (a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante previsto. O valor de R\$ 2.276.799 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.264.544	-	1.264.544
Multa	271.063	162.638	108.425
Juros	741.192	444.715	296.477
Total	2.276.799	607.353	1.669.446

Em 30 de abril de 2026, a Companhia realizou a migração dos débitos de ICMS anteriormente parcelados no âmbito do Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto Estadual nº 55.577/2020) para o Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", instituído pela Lei Estadual/RS nº 16.241/2024, regulamentado pelo Decreto nº 58.264/2025 e pelo Edital Conjunto PGE-RS/Receita Estadual nº 02/2025, transferindo saldo de R\$ 911.460. A transação prevê redução de 75% sobre juros e multas, sem desconto sobre o valor principal da dívida, o que resultou em benefício econômico de R\$ 354.583 reconhecido no resultado do período.

Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorreu mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais, e quitação dos 60% remanescentes ocorrerá por meio de compensação com precatórios estaduais.

15.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	482.389	21%
2027	36.111	2%
2028	76.231	3%
2029	81.576	4%
2030	145.059	6%
Após 2030	1.455.433	64%
Não circulante	1.794.410	79%
Total	2.276.799	100%

16 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

16.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) reconhecida no resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	31.230	31.230	32.581	32.581	(235.328)	(235.328)	(238.710)	(238.710)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(7.807)	(2.810)	(8.145)	(2.932)	58.832	21.180	59.677	21.484
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	(16.635)	(5.869)	(823)	(117)	(10.204)	(3.707)	5.608	2.045
Atualização de Indébito Tributário	55.746	20.069	55.746	20.069	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	(30.121)	(10.964)	(46.778)	(17.020)	(48.628)	(17.473)	(65.285)	(23.529)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



16.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 3.110.671 (R\$ 3.193.969 em 31 de dezembro de 2025) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.210.949	2.052.737	8.656.410	2.164.102
Base negativa de CSLL	8.982.755	808.448	8.660.757	779.468
Diferenças temporárias	733.781	249.486	736.466	250.399
Total	17.927.485	3.110.671	18.053.633	3.193.969

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	376.284	17.008	365.577	8.915
Fiscais	-	1.895	-	212
Trabalhistas	539.936	204.251	520.348	206.152
Regulatórias	86.003	-	80.536	-
Ambiental	42.820	-	40.480	-
Total	1.045.043	223.154	1.006.941	215.279
Circulante	423.327	2.369	409.941	4.887
Não circulante	621.716	220.785	597.000	210.392

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025		30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	365.577	18.924	(19.748)	(9.719)	21.250	376.284
Trabalhistas	520.348	40.523	(44.749)	(10.045)	33.859	539.936
Regulatórios	80.536	-	-	-	5.467	86.003
Ambiental	40.480	-	-	(45)	2.385	42.820
Total	1.006.941	59.447	(64.497)	(19.809)	62.961	1.045.043

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)



A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	115.437	109.482
Fiscais	100.523	94.722
Trabalhistas	6.741	6.395
Total	222.701	210.599

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 282.409 (R\$ 266.898 em 31 de dezembro de 2025). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 115.437 (R\$ 109.482 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 81.039 (R\$ 75.868 em 31 de dezembro de 2025). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. Referente à esta ação rescisória, na data de 01 de junho de 2026, houve publicação de decisão favorável à Companhia, julgando improcedente a ação indenizatória movida pelo Banco. Desta decisão, ainda cabe recurso pela parte adversa.

ii) Trabalhistas

Os processos, cuja possibilidade de perda é avaliada como provável pela Administração, com base na avaliação, estão no montante de R\$ 539.936 em 30 de junho de 2026 (R\$ 520.348 em 31 de dezembro de 2025) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 6.741 (R\$ 6.395 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

**iii) Regulatórios**

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R\$ 75.814, em 30 de junho de 2026 (R\$ 70.958 em 31 de dezembro de 2025, refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento.

18 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia reconheceu um incremento de créditos tributários decorrentes da tese de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$ 440.963 ativo, passivo de R\$ 362.445 e feito líquido do resultado no montante de R\$ 78.518. O reconhecimento decorre da atualização das apurações e das premissas adotadas para mensuração do ativo tributário.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	241.410	230.478
Incremento do principal	185.760	-
Atualização monetária	186.716	14.934
Compensação	(49.616)	(4.002)
Saldo final	564.270	241.410
Passivo		
Circulante	36.993	86.609
Não circulante	527.277	154.801
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	564.270	241.410

18.1 Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

A Companhia possui um total de R\$ 826.830 em impostos e contribuições a recuperar, dos quais o montante de R\$ 660.973 refere-se a ativo de PIS/COFINS a recuperar, referente a exclusão da base de cálculo do ICMS, líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação. A expectativa de realização desses créditos tributários foi estimada em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.385/2022, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	264.793	40%
2027	132.396	20%
2028	263.784	40%
Não circulante	396.180	60%
Total	660.973	100%

19 Patrimônio líquido negativo

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R\$ 3.885.861 (R\$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2025). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
AXIA Energia S.A.	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total (a)	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

- a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



19.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	01/04/2026 a 30/06/2026			01/01/2026 a 30/06/2026		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Lucro do período	73.212	176	73.388	32.503	78	32.581
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	1,07520	1,07520	1,07520	0,47734	0,47734	0,47734

	01/04/2025 a 30/06/2025			01/01/2025 a 30/06/2025		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do período	(234.763)	(565)	(235.328)	(238.136)	(574)	(238.710)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	(3,44778)	(3,44778)	(3,44778)	(3,49733)	(3,49733)	(3,49733)

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

20 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. Instituiu planos de incentivo aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

20.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	112.500	-	112.500	26,04
Encerradas durante o período/exercício				
Encerramento ao fim do período/exercício 6ª Outorga	112.500	25,34	112.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício	112.500	-	112.500	-

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 era de 4,50 anos (4,00 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,53	11,92
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	30,89	31,77
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	12,20	10,30
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,50	4,00
Média ponderada do preço das ações (R\$)	26,88	33,05
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 91 (R\$ 204 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

20.2 Plano de outorga de "Phantom Shares".

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom Shares" referentes aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de junho de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações 30/06/2026	Valor justo médio ponderado 30/06/2026	Número de ações 31/12/2025	Valor justo médio ponderado 31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	221.528	38,41	172.452	31,60
Canceladas/ transferidas durante o período/exercício (a)	(45.571)	-	(13.242)	-
Outorgadas durante o período/exercício	99.735	-	117.318	-
Pagamentos durante o período/exercício	(32.500)	-	(55.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	243.192	42,29	221.528	38,41

a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membros do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR obtida no projeto vinculado às suas metas de *performance*. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 895 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 756 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

20.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro *tranches* iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

<i>Em ações</i>	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1ª de janeiro	8.201	-	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	8.241	40,44	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	8.201	32,22	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	8.241	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	16.442	-	8.201	32,22

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 108 (sem movimento no período findo em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

**21 Receita operacional líquida**

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de distribuição (a)	1.474.689	3.297.138	1.177.304	2.753.145
Remuneração financeira <i>WACC</i> (b)	5.235	10.205	6.539	13.840
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	202.358	166.512	216.475	139.188
Subvenção CDE - Outros (d)	89.793	206.484	54.760	109.520
Fornecimento de energia elétrica	1.772.075	3.680.339	1.455.078	3.015.693
Suprimento de energia elétrica (e)	(31.650)	26.144	21.511	44.679
Receita pela disponibilidade - uso da rede (f)	202.722	439.776	209.802	403.155
Receita de construção	281.750	589.774	302.308	610.502
Atualização do ativo financeiro da concessão	23.547	39.283	8.766	46.863
Outras receitas (h)	404.523	452.097	42.920	91.802
Receita operacional bruta	2.652.967	5.227.413	2.040.385	4.212.694
Deduções				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(288.841)	(616.982)	(241.331)	(518.552)
PIS e COFINS	(199.060)	(375.906)	(177.039)	(281.994)
Encargos do consumidor	(13.590)	(29.172)	(12.087)	(25.476)
ISS	-	(9)	(46)	(68)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	(278.020)	(556.088)	(191.906)	(383.963)
Penalidades DIF/FIC e outras	(13.073)	(30.050)	(11.733)	(34.072)
Deduções da receita operacional	(792.584)	(1.608.207)	(634.142)	(1.244.125)
Receita operacional líquida	1.860.383	3.619.206	1.406.243	2.968.569

- (a) No segundo trimestre de 2026, o mercado fio B e a energia faturada no mercado livre apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2025. O mercado fio B avançou 5,6% no trimestre e 2,1% no acumulado do semestre, enquanto a energia faturada no mercado livre cresceu 9,0% e 11,3%, respectivamente;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (*WACC*) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação positiva de R\$ 27.324 nos ativos e passivos regulatórios decorre principalmente de: (i) constituições líquidas superiores às registradas no período comparativo, impactando positivamente o resultado em R\$ 317.108, em função da alteração da posição regulatória de passiva para ativa, principalmente pelo comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (ii) amortizações dos componentes financeiros do último reajuste tarifário, com impacto negativo de R\$ 267.184; (iii) efeito negativo de R\$ 24.346 relacionado à CVA de Bandeira; e (iv) efeito positivo de R\$ 1.746 decorrente da receita de ultrapassagem de demanda e excedente reativo;
- (d) O aumento do subsídio tarifário no acumulado do 1º semestre 2026, em comparação com o mesmo período anterior, está associado ao crescimento do mercado livre que adquire energia de fonte incentivada e do crescimento dos consumidores do Sistema de Compensação de Energia Elétrica. Além disso, é importante destacar o efeito do Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025, vigente a partir de novembro de 2025, que estabeleceu um reajuste médio de 19,53% nas tarifas de energia elétrica;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica diminuiu em 30 de junho de 2026 em razão do movimento da conta contábil. Houve reversão das provisões de receita das competências do primeiro trimestre no segundo semestre com valores realizados menores do o previsto, resultando em apuração menor de receita nas vendas desse mercado;
- (f) A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento dos consumidores que injetam energia na rede da distribuidora e reduzem seu valor de fatura, que é subvencionado via aporte CDE;
- (g) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE USO decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 131.817 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 40.308 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora; e
- (h) A variação ocorreu, principalmente, em virtude do Programa de Transação Tributária “Acordo Gaúcho”, realizado em abril de 2026, conforme descrito na nota explicativa nº 15 - Impostos e contribuições a recolher.

Notas Explicativas Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)



22 Custo do serviço e despesas operacionais

	01/04/2026 a 30/06/2026					01/01/2026 a 30/06/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(14.676)	(9.737)	(18.104)	-	(42.517)	(22.071)	(19.293)	(29.326)	-	(70.690)
Material	11.735	(242)	(336)	-	11.157	6.795	(514)	(794)	-	5.487
Serviços de terceiros	(37.957)	(38.442)	(38.556)	-	(114.955)	(95.417)	(73.921)	(65.188)	-	(234.526)
Custos com energia elétrica	(842.094)	-	-	-	(842.094)	(1.734.886)	-	-	-	(1.734.886)
Custo de construção	(281.750)	-	-	-	(281.750)	(589.774)	-	-	-	(589.774)
PECLD- nota explicativa nº 6.2	-	-	-	9.378	9.378	-	-	-	(17.646)	(17.646)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(18.381)	-	(18.381)	-	-	(39.638)	-	(39.638)
Amortização	(117.496)	-	(4)	-	(117.500)	(189.644)	-	(9.506)	-	(199.150)
Outros	(150)	(192)	(1.014)	(7.155)	(8.511)	(152)	(699)	(7.165)	(7.252)	(15.268)
Total	(1.282.388)	(48.613)	(76.395)	2.223	(1.405.173)	(2.625.149)	(94.427)	(151.617)	(24.898)	(2.896.091)

	01/04/2025 a 30/06/2025					01/01/2025 a 30/06/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(11.070)	(10.325)	(12.086)	-	(33.481)	(23.236)	(20.533)	(19.108)	-	(62.877)
Material	(4.275)	(591)	(533)	-	(5.399)	(6.264)	(1.036)	(698)	-	(7.998)
Serviços de terceiros	(58.124)	(38.072)	(19.342)	-	(115.538)	(127.917)	(65.078)	(34.084)	-	(227.079)
Custos com energia elétrica	(796.685)	-	-	-	(796.685)	(1.565.776)	-	-	-	(1.565.776)
Custo de construção	(302.308)	-	-	-	(302.308)	(610.502)	-	-	-	(610.502)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(6.367)	(6.367)	-	-	-	(35.224)	(35.224)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(22.317)	-	(22.317)	-	-	(37.694)	-	(37.694)
Amortização	(68.309)	-	1.579	-	(66.730)	(108.071)	-	(4.369)	-	(112.440)
Outros	(191)	(563)	(1.994)	(427)	(3.175)	(503)	(1.481)	(4.450)	(1.300)	(7.734)
Total	(1.240.962)	(49.551)	(54.693)	(6.794)	(1.352.000)	(2.442.269)	(88.128)	(100.403)	(36.524)	(2.667.324)

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



23 Custos com energia elétrica

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	1.207	(325.735)	2.488	(596.346)	1.188	(302.410)	2.441	(601.452)
Contratos Eletronuclear	43	(19.668)	86	(38.404)	72	(23.340)	143	(46.684)
Contratos cotas de garantias	203	(44.183)	445	(123.007)	245	(58.340)	534	(110.069)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	-	(48.474)	-	(97.031)	-	(27.674)	-	(64.922)
Energia bilateral	4	(2.660)	6	(5.103)	7	(2.635)	12	(5.056)
Energia de curto prazo – CCEE (b)	-	(142.861)	-	(359.557)	-	(115.186)	-	(203.787)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	33	(22.976)	69	(45.952)	70	(25.433)	70	(50.865)
Itaipu (c)	338	(79.864)	686	(168.158)	669	(98.008)	708	(179.243)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	90.019	-	171.897	-	78.906	-	149.473
Geração distribuída (d)	-	5.559	-	28.158	(353)	(151)	-	(11.356)
Subtotal	1.828	(590.843)	3.780	(1.233.503)	1.898	(574.271)	3.908	(1.123.961)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(251.251)	-	(501.383)	-	(222.414)	-	(441.815)
Total	1.828	(842.094)	3.780	(1.734.886)	1.898	(796.685)	3.908	(1.565.776)

- (a) O aumento nas despesas associada ao ESS no período findo em 30 de junho de 2026 deve-se ao aumento no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito quando a geração de energia solar diminui ao final do dia, o que faz o ONS despachar usina térmica, ocasionando aumento dos pagamentos associados a este encargo e além do aumento do Encargo de Energia de Reserva para pagar as usinas do PCS;
- (b) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 155.770, em virtude do aumento da despesa dos itens que compõe o Mercado de Curto prazo no período findo em 30 de junho de 2026 em relação a 30 de junho de 2025;
- (c) A variação decorre dos custos do contrato da Usina de Itaipu e de seus impactos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em redução de 6,19% nas despesas em relação a 2025, influenciado pela variação cambial em 2026;
- (d) Os valores referem-se à compensação de créditos de energia gerados por consumidores antes da aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025. Tais créditos, constituídos com base na energia excedente injetada por unidades de microgeração e minigeração distribuída, são valorados pelo Preço Médio de Compra de Energia (PMIX). A Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025 alterou os Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) para incorporar os efeitos da energia injetada pela MMGD na apuração da energia requerida e das perdas não técnicas. A partir da aplicação da nova metodologia no processo tarifário da Companhia, os efeitos associados à energia injetada passaram a ser refletidos na cobertura tarifária de compra de energia e na respectiva CVA. Consequentemente, a variação apresentada no período decorre da baixa das obrigações anteriormente reconhecidas, à medida que os créditos constituídos antes da aplicação da nova metodologia tarifária são compensados pelos consumidores ou extintos nos termos da regulamentação aplicável; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, RAP, cujos valores são reajustados anualmente. As tarifas em vigor foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, e contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não revisado.

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais	2.419	5.935	726	829
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	32.453	58.807	21.737	54.196
Total	34.872	64.742	22.463	55.025
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(146.235)	(174.605)	(31.712)	(37.654)
Indenização por danos a terceiros	(3.426)	(5.830)	(2.939)	(5.784)
Provisão para perda de estoque	-	-	(30)	(13.031)
Reversão (baixa) de recebíveis incobráveis (c)	(1.137)	(1.332)	3.830	(1.337)
Outras despesas operacionais	(7.111)	(8.565)	3.936	2.752
Total	(157.909)	(190.332)	(26.915)	(55.054)
Efeito líquido total	(123.037)	(125.590)	(4.452)	(29)

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Estes saldos referem-se, principalmente, a baixas de poste, condutores, religadores e transformadores, que foram baixados por estarem danificados por ações climáticas ou através do uso e findando sua vida útil; e

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



(c) No período findo em 30 de junho de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 45.044 e R\$ 43.712 (sendo R\$ 43.504 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, e R\$ 208 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 1.332.

25 Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	49.292	92.988	41.998	66.468
Valores a receber/devolver parcela A	34.328	74.492	22.934	43.514
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	14.214	215.840	(38.491)	125.035
Acréscimo moratório de energia vendida	11.201	27.393	61.441	84.277
Receita financeira de AVP	6.592	11.785	2.736	6.099
PIS/COFINS sobre receita financeira	(14.899)	(19.962)	(5.131)	(9.074)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	341	852	(70)	2.020
Variação monetária e cambial (d)	(62.983)	88.600	43.793	115.867
Marcação a valor justo (e)	154.003	154.003	60.328	60.328
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	352	534	-	-
Outras receitas financeiras (f)	230.053	244.077	13.070	28.933
Total	422.494	890.602	202.608	523.467
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(229.459)	(440.199)	(170.253)	(309.633)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(86.829)	(368.898)	(90.854)	(333.248)
Valores a receber/devolver parcela A	(14.419)	(25.942)	(18.800)	(34.599)
Variação monetária e cambial (d)	(103.851)	(141.434)	(15.024)	(54.677)
Marcação a valor justo (e)	11.411	(84.943)	(146)	(146)
Despesa financeira de AVP	(10.350)	(10.402)	(17.466)	(17.466)
Atualização de contingências	(31.439)	(62.961)	(33.658)	(61.232)
Multas	(11)	(790)	(40.987)	(42.188)
Juros, multas s/ operação de energia	(25)	(50)	(140)	(279)
Despesa com aval	-	(3.312)	(4.025)	(16.076)
Encargos sobre déficit atuarial	(22.540)	(45.080)	(24.273)	(48.547)
Juros, multas s/ impostos	(45.785)	(104.358)	(58.574)	(113.370)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(471)	(723)	-	-
Outras despesas financeiras (c)	(147.511)	(166.454)	(13.527)	(31.932)
Total	(681.279)	(1.455.546)	(487.727)	(1.063.393)
Efeito líquido total	(258.785)	(564.944)	(285.119)	(539.926)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, em comparação ao período findo em 30 de junho de 2025;
- (b) Refere-se às operações de *swap* designadas como *hedge* de fluxo de caixa, cuja despesa nos períodos de janeiro a junho de 2025 e 2026 foi impactada principalmente pela variação cambial. Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, o dólar apresentou redução de R\$ 6,19 para R\$ 5,46 (-13,47%), enquanto entre dezembro de 2025 e junho de 2026 passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,18 (-6,29%). Essa menor oscilação cambial no período de 2026 contribuiu para a redução da despesa financeira em comparação ao período anterior;
- (c) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 15 – Impostos e contribuições a recolher;
- (d) A despesa acumulada em 30 de junho de 2026, de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu, principalmente, devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA;
- (e) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (f) A variação entre os períodos, se deu, principalmente, pelo reconhecimento de incremento de créditos tributários, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 14.4 *Covenants* das debêntures.

26.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

26.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

**(d) Fontes de inefetividade**

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

26.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	123.468	123.468	890.697	890.697
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.293.470	1.293.470	1.299.333	1.299.333
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	12.128	12.128	11.513	11.513
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	656.460	656.460	495.548	495.548
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	1.443.538	1.443.538	1.116.348	1.116.348
Total			3.529.064	3.529.064	3.813.439	3.813.439

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	575.951	575.951	731.373	731.373
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	60.934	60.934	60.757	60.757
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.233.158	2.226.764	1.824.299	1.833.152
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	413.316	413.316	426.384	426.384
Debêntures	-	Custo amortizado	5.401.738	5.401.738	4.603.979	4.544.943
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	1.194.146	1.194.146	1.197.881	1.197.881
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	134.300	134.300	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo Amortizado	4.913	4.913	5.605	5.605
Total			10.018.456	10.012.062	8.850.278	8.800.095

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



26.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda Estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	Valor Justo	
									30/06/2026	31/12/2025
									Total	Total
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(17.745)	(14.577)
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	USD 120.000	583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	28.977	68.685
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	USD 48.000	233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	(8.028)	20.643
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(36.032)	(26.431)
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,24% a.a.	(46.657)	(28.972)
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(16.344)	(3.806)
Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	430.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(18.598)	(4.029)
Scotiabank	29/04/2026	27/04/2029	USD 100.000	495.500	Bullet	Câmbio	Semestral	4,7390% a.a./ CDI + 0,98% a.a.	(7.745)	-
Total									(122.172)	11.513
Ativo (Passivo) circulante									12.128	7.305
Ativo (Passivo) não circulante									(134.300)	4.208
Efeito líquido total									(122.172)	11.513

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de instrumentos financeiros em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026	30/06/2025
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.963.060	(122.171)	2.467.560	89.329	(15.586)	79.461

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



26.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

27 Demonstração dos fluxos de caixa

27.1 Transações que não afetam caixa

O IAS 7/CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível	1.159.659
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro	291.294
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	8.822
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	36.224
Total	1.495.999
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	6.262
Resultado de <i>hedge accounting</i>	15.586
Total	21.848
Total	1.517.847

Notas Explicativas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros	Mudança no valor justo	Outros (a)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	2.250.683	412.658	(68.862)	(14.913)	66.908	2.646.474
Debêntures	5.801.860	750.000	(334.216)	-	378.240	6.595.884
Instrumentos financeiros derivativos	12.128	-	(34.962)	15.586	153.061	145.813
Passivos de arrendamento	5.605	(716)	(350)	-	374	4.913
Total	8.070.276	1.161.942	(438.390)	673	598.583	9.393.084

- (a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2026 a 2037	1.464.094	2.312.346	2.421.730	28.602.219
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	3.723.159	7.732.216	7.810.737	76.764.395

(*) estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

29 Eventos subsequentes

Ocorrência de eventos climáticos

Em 06 e 07 de agosto de 2026, a área de concessão da Companhia foi impactada por um evento climático severo associado à formação de um ciclone extratropical, posteriormente caracterizado como "ciclone-bomba", que ocasionou ventos intensos, chuvas e danos à infraestrutura em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O evento afetou 34 dos 72 municípios da área de concessão da Companhia e provocou interrupções no fornecimento de energia elétrica e, em seu momento mais crítico, aproximadamente 375 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido na área de atuação da Companhia.

A Companhia acionou seu plano de contingência, mobilizando mais de 500 equipes próprias e terceirizadas, além de recursos adicionais para atendimento das ocorrências e recomposição do sistema elétrico. As ações implementadas tiveram como objetivo restabelecer o fornecimento de energia aos consumidores afetados no menor prazo possível.

O atendimento foi substancialmente normalizado no dia 12 de agosto. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

A Administração está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes desse evento, incluindo os custos associados à recomposição dos ativos e à prestação do serviço.

Notas Explicativas

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Dorgival Soares da Silva

Thiago Wolf Pereira

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Rafael de Souza Morsch

Marízio Martins da Costa

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Notas Explicativas

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, os Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente, André Luiz Barata Pessoa, José Silva Sobral Neto, Marcos Antônio Souza de Almeida, Cristiano de Lima Logrado, Tatiana Queiroga Vasques, Nierbeth Costa Brito, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira, nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias, referente ao período findo em 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente, André Luiz Barata Pessoa, José Silva Sobral Neto, Marcos Antônio Souza de Almeida, Cristiano de Lima Logrado, Tatiana Queiroga Vasques, Nierbeth Costa Brito, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira, declaram que revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 12 de agosto de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.